

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 056

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE MAIO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Beto Richa, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Miltinho Puppio, Orlando Pessuti e Plauto Miró Guimarães (07).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

Ofício nº 037/2000 - 1ª Sec.

Curitiba, 18.05.2000.

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que, este deputado, juntamente com os deputados Orlando

Pessuti, Miltinho Puppio, Fernando Carli, Beto Richa, Plauto Miró e Divanir Braz Palma, se ausentarão do país, no período compreendido entre 22 a 26 do mês fluente, com destino a Paris/França, representando esta Casa de Leis, na 68ª Seção Geral do Comitê Internacional da Organização de "EPIZOOTIAS", sem ônus para este Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 878**

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, realização de Sessão Solene para outorga de título de Cidadão Honorário do Paraná, ao senhor José Carlos Gomes de Carvalho, no dia 08 de junho de 2000, às 15:30 horas.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) BERALDIN

**REQUERIMENTO Nº 855**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Isac, com votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Maria Aparecida Isac, do município de Santana do Itararé-PR.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O falecimento da senhora Maria Aparecida Isac, deixou consternada a população de Santana do Itararé. Há muitos anos residindo no município, mãe exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

A senhora Maria Aparecida Isac soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ela, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ela foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos conforte nesta hora de dor e sofrimento.

**REQUERIMENTO Nº 858**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Bernartt, com votos de profundo pesar pelo falecimento do sen-

hor Arquimedes Bernartt, do município de Catanduvas-PR.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Pertencente a uma grande e tradicional família, Arquimedes Bernartt deixa como legado uma vida de correção, honestidade e integridade.

Sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Pessoa bem relacionada, com disposição para viver em comunidade, era bem quisto por todos. Participava ativamente das boas ações do seu município. Semeou junto à população ao longo da sua existência as sementes do bem.

Por intermédio deste deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Bernartt, endereçando a ela, votos de sentidas condolências, rogando a Deus, para que a todos conforte e ampare.

**REQUERIMENTO Nº 882**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Ângelo Dalgallo.

Requer que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Com a idade de 60 anos, faleceu o senhor Angelo Dalgallo, era filho do senhor Ricieri Dalgallo, deixou viúva dona Terezinha e quatro filhos.

Angelo Dalgallo era comerciante e agricultor de família tradicional de Bituruna. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bom como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Angelo Dalgallo.

A distância e o tempo jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar nossa amizade.

Será grande o céu, e a paz sobre Angelo Dalgallo e seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do senhor Angelo Dalgallo para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do senhor e tudo o que Ele faz

merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Angelo Dalgallo sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Dalgallo endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

**REQUERIMENTO Nº 883**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Jayme Armando Prosdócimo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Com 69 anos de idade faleceu, dia 19.05.2000, o senhor doutor Jayme Armando Prosdócimo, que deixou viúva dona Aliete Maria.

Jayme Armando Prosdócimo, exerceu vários cargos, o de secretário da Fazenda, no governo de Jaime Canet Junior, diretor da Federação das Indústrias do Paraná e diretor superintendente do grupo empresarial Prosdócimo.

O passamento do doutor Jayme Armando Prosdócimo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Jayme.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu, e a paz sobre Jayme Armando Prosdócimo, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do doutor Jayme para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade, mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Jayme sob a

sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascaís chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Prosdócimo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações à Diretoria eleita da Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná, Alcopar, no último dia 15 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Anísio Tormena e ao senhor Ermeto Barea, vice-presidente, através de correspondência a ser encaminhada ao Km 14 - Rodovia PR-082, Cidade Gaúcha-PR, CEP: 87.820-000.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos pela passagem do 80º aniversário de Sua Santidade, o Papa João Paulo II.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Sua Santidade, bem como ao Núncio Apostólico, Dom Alfio Rapizarda em Brasília.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Sua Santidade, o Papa João Paulo II, comemora hoje, 80 anos de idade, com gestos históricos. O mais recente foi o anúncio do terceiro segredo da Virgem de Fátima.

Karol Wojtyla, dirige há 22 anos com mão firme a Igreja Católica sendo o pontificado mais longo do século XX.

Eleito chefe da Igreja Católica sob o nome de João Paulo II, no dia 16 de outubro de 1978, teve uma influência política notável em nível mundial, graças ao que alguns definiram como “um apostolado mediático”. Ativo, filósofo, poeta, viajante, líder de multidões, poliglota, esportista, mediático.

Sua Santidade João Paulo II, nasceu em 18 de maio de 1920 em Wodowic, próximo a Cracóvia.

Em maio de 1986, o Santo padre recebeu o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, por proposição deste Deputado.

O Papa João Paulo II renovou nossa fé em Jesus Cristo. Reafirmou a luz deste amor à dignidade e o destino transcendente de toda a pessoa carente. Sua figura evangélica e ao mesmo tempo profundamente humana fez renascer uma fonte de alegria, de esperança e de benquerença que fluirá para sempre entre os irmãos brasileiros.

Sua piedade e cultura são, aliás penhor de uma missão que será levada a cabo com fervor e unção, características dos verdadeiros servos de Cristo.

Que Deus o conserve para o bem de todos nós e glória de seu serviço, são os votos que ardentemente fazemos nesta data tão sublime.

#### REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente.

Os deputados, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações a Rádio Colméia de Cascavel, em nome do seu diretor proprietário, Renato Silva, por ela estar completando 42 anos de existência, no dia 22 de maio.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(aa) EDGAR BUENO

ANTONIO CARLOS BARATTER

#### REQUERIMENTO Nº 864

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelos 30 anos de existência.

Em três décadas a UEPG tornou-se um importante foco econômico para Ponta Grossa e Região. Atualmente abrange 22 municípios em sua região de influência geo-educacional, disponibilizado 26 cursos de graduação e envolvendo mais de 9 mil pessoas distribuídas pelos Campus de Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Castro, Palmeira, São Mateus do Sul, União da Vitória e Jaguariá.

A UEPG chega a seu trigésimo aniversário com 60% de seu quadro docente com título de mestre, doutor e pós-doutorado, com destaque para um percentual de mais de 30% de seu efetivo de professores que se encontram envolvidos em cursos de mestrado, doutorado e pós doutorado em universidades brasileiras e do exterior.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Reitor da UEPG, Roberto Frederico Marhy, aos coordenadores de cursos, aos professores e demais funcionários da Universidade, na Praça Santos Andrade, s/nº Ponta Grossa/PR/84010/330.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 867

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Pleário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Limanski e Anália Limanski que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Hélio Nunes Martins e Eliane Simão Martins, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 869

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Angelo Tulio e Maria Casagrande Tulio,

que completou 60 anos de união conjugal, celebrando as bodas de diamante.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família a amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, por ter abolido anúncios de “acompanhantes” de seus classificados.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo mais uma vez dá um exemplo aos paranaenses: deixou de publicar anúncios de “acompanhantes” (texto de telesexo e garotas de programa) dos classificados.

Atendendo pedidos de leitores e tendo analisado com muita cautela todas as situações éticas, sociais, jurídicas e econômicas, a direção do jornal decidiu dispensar todos os anúncios de “acompanhantes”, tele-sexo e outros que, de alguma forma, possam, ainda que inadvertidamente, contribuir ou facilitar a prostituição, a exploração sexual, ou induzir a enganos, em condutas definidas em lei ou pela ética vigente como reprováveis.

O jornal já havia anteriormente tomado a atitude - pioneira no Brasil - há alguns anos, quando deixou de publicar anúncios de vendas de órgãos para transplante. Na época eram comuns, em especial, anúncios de venda de rins. Pelas mesmas razões atuais, a direção da empresa avaliou a situação e decidiu não mais abrir espaço para aquele tipo de publicação paga, entendendo que a comercialização de órgãos humanos, embora fosse permitida por lei, não condiziam com os aspectos éticos e morais da convivência social.

A Gazeta do Povo foi o primeiro jornal do País a abdicar destes anúncios, mesmo com prejuízos financeiros. Hoje esta decisão está fixada em legislação, protegendo a sociedade de qualquer abuso.

No caso de prostituição, a situação não é muito diferente e o assunto vem sendo discutido há bastante tempo. O primeiro passo foi abolir os anúncios explícitos, que expunham convites de forma até pejorativa. Esta

solução, porém, foi logo superada pela descoberta dos termos “acompanhantes” e “massagens” e outros, como sinônimo de prestação de serviços sexuais.

Ao tomar a decisão de abrir mão destes anúncios, com evidente perda de receitas para a empresa e a consequente transferência destes recursos, e até de determinada faixa de leitores, para outros órgãos de comunicação, a direção da Gazeta do Povo levou em consideração, além de pareceres jurídicos, avaliando a linha editorial, a liberdade de informação, a liberdade de comércio, os usos e costumes, a alteração de comportamentos humanos, o fato de outras pessoas manterem estes espaços publicitários assegurando, portanto, que a interatividade social estará mantida e, principalmente, a questão ética.

O jornal Gazeta do Povo, desde o seu primeiro número, em 03 de fevereiro de 1919 tem, de forma intransigente, correspondido aos anseios dos leitores. O noticiário, os colunistas e todo o conteúdo editorial tem a intenção primordial de atender e beneficiar pessoas, jamais provocar qualquer prejuízo ou dano a alguém. Por isso o extremo cuidado com notícias não fundamentadas, insinuações, boatos ou acusações antes de rigorosamente confirmadas por Órgãos de Justiça. Nesse contexto, a atenção especial em corresponder ao exato pensamento predominante dos leitores paranaenses que têm se manifestado, protestando contra os anúncios que, de alguma forma, podem prejudicar ou são recebidos pela sociedade como prejudiciais.

Ao jornal Gazeta do Povo pela pioneira e importante decisão, que mais uma vez demonstra a seriedade deste veículo de comunicação, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 874

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual Terra Boa, pelo prêmio “Referência Nacional em Gestão Escolar - 1999”.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Terra Boa, de Campina Grande do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, foi a vencedora do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar de 1999.

O Colégio concorreu com 2.909 escolas de todo o País e o resultado foi anunciado durante a reunião do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), em Recife. O Colégio estava entre os seis finalistas, escolhidos em abril entre as primeiras escolas de cada Estado e do distrito Federal, num total de 27.

Localizado a 33 quilômetros da sede do município de Campina Grande do Sul, o colégio é freqüentado por alunos que em sua maioria (cerca de 90%) enfrentam 60 quilômetros diariamente para chegar aos bancos esco-

lares. De 1989 a 1994 a escola enfrentou grandes desafios, já que sem setor administrativo resumia-se a uma única sala, onde funcionava, Direção, biblioteca, secretaria, sala dos professores e o patrimônio do colégio, eram um mimeógrafo, um armário e uma mesa. O corpo docente era composto por cinco professores e apenas um possuía habilitação. Nesta época a APM não existia. Em 1995 o Colégio estava prestes a ser desativado, mas a atual diretora iniciou um trabalho de conscientização da comunidade escolar e, junto com a Prefeitura e a Fundação, através de um grande trabalho, conseguiu a construção de uma sede nova para o Colégio, que hoje possui 6 salas de aula, laboratório, sala de informática, biblioteca, sala multi uso, quadra poliesportiva coberta, campo de futebol (Amigos da Escola), cantina equipada e cantina comercial administrada pela APM e professores licenciados.

A capacitação dos recursos humanos também foi um grande avanço, com a participação em seminários em Faxinal do Céu, de onde foram trazidas experiências que ajudaram na transformação do Colégio no que hoje ele é.

O modelo administrativo adotado foi o de administração participativa, onde a tomada de decisões envolve pais, alunos, professores e funcionários - todos dispostos a enfrentar os desafios, trabalhar em prol da escola e garantir um ensino de qualidade. A parceria com órgãos e empresas como UFPR, Polícia Florestal, Prefeitura Municipal, Secretaria de Segurança Pública, Promotoria Pública, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e empresários da região foi fundamental para o desenvolvimento de projetos importantes, na área de saúde e higiene, prevenção anti-drogas e outros.

O Colégio já foi destaque no resultado da SAEB, sendo que uma das alunas da disciplina de matemática obteve a melhor média do município. Na mostra de Artes, promovida pelo Núcleo Regional de Ensino e Ceasa, a escola foi também premiada em 1º lugar entre os municípios que integram o Núcleo da Área Metropolitana Norte.

A APM acompanha de perto o trabalho da escola e junto com o Conselho Escolar faz um trabalho de avaliação e atuação imprescindíveis para o alcance dos bons resultados. A boa relação entre a escola e a comunidade destaca-se como fator mais importante para o envolvimento de todos no processo escolar.

Ainda hoje a escola enfrenta muitos problemas, como o deslocamento de professores habilitados, vindos da Capital, falta de pessoal técnico e administrativo, mas continua, como sempre, caminhando em busca de soluções. Trabalhar e compartilhar na busca de resultados sempre foi a filosofia do Colégio que tem alcançado grandes resultados, graças ao esforço de todos. A conscientização das dificuldades, a maximização dos esforços e a crença de que é possível progredir, mudar e chegar mais longe fez do Colégio Estadual Terra Boa um exemplo, uma referência.

Pela honrosa e merecida premiação, receba o Colégio Estadual Terra Boa, todo seu corpo docente e discente, através de sua diretora, senhora Jaqueline Izildinha Aparecida Thomé Passos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 875

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Hospital Cajuru (Av. São José, 300 - Curitiba), pelo prêmio “Excelência em Agulhamento Johnson & Johnson”.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Para ser referência na utilização de agulhas atraumáticas no serviço de emergência-urgência, o Hospital Universitário Cajuru, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná recebeu placa de excelência em agulhamento Johnson & Johnson.

Na América Latina, há três anos, o Cajuru foi o primeiro hospital a iniciar a substituição de agulhas traumáticas reutilizáveis (fundo falso) pelas agulhas atraumáticas descartáveis (com fio de sutura encastoadado no seu fundo), com o propósito de alcançar melhores resultados em termos de qualidade e segurança a todos que manuseiam e utilizam suturas. Por ser descartável, a agulha atraumática contribui para técnica cirúrgica de melhor padrão e resolução, redução de tempo operatório e diminuição de riscos de lesões referentes a acidentes de trabalho, pelo menor manuseio do material perfuro-cortante. Médicos e pacientes ganham ainda pela maior compatibilidade entre fio e agulha, segurança, higiene, menor trauma tecidual e melhor performance de penetração.

A placa é o reconhecimento dos cuidados que o Hospital Cajuru tem para com os pacientes, no que diz respeito à melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos.

Pela merecida premiação, receba o Hospital Cajuru, através de seu diretor-superintendente, doutor Paulo Roberto Slub Brofman e do chefe do Serviço de Emergência, doutor Luiz Carlos von Bahten, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 876

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo XI Prêmio Volvo de Segurança no Trânsito, na categoria “Cidade”, pelo “Programa Cidadão em Trânsito”.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Curitiba foi a vencedora do XI Prêmio Volvo de Segurança no Trânsito, na categoria “Cidade”, pelo programa Cidadão em Trânsito, desenvolvida nesta Capital desde 1997. Curitiba disputou o prêmio com outras 26 cidades, entre elas Salvador, Goiânia, Campinas, São José dos Campos, Sapucaia do Sul (RS) e Anápolis (GO). Foi a primeira vez que uma cidade do Paraná venceu o concurso, um dos mais importantes do país na área de segurança no trânsito, que objetiva estimular e incentivar o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria do trânsito nas cidades do Brasil e o prêmio será entregue aqui na Capital no dia 08 de junho próximo.

Com o Programa “Cidadão em Trânsito” Curitiba realizou ações em 3 áreas básicas: engenharia, fiscalização e educação e, como resultado, conseguiu reduzir o número de acidentes de trânsito e mortes. O programa está mudando o comportamento dos motoristas e reduzindo a gravidade dos acidentes. Para isso a Prefeitura já realizou e está realizando uma série de obras pela cidade para a reorganização da estrutura de trânsito, além no plano de educação, direcionado especialmente aos pedestres. Trabalhando com engenharia de tráfego, educação e fiscalização, as campanhas vão focar as responsabilidades do motorista para com o pedestre e as obrigações de quem anda à pé pela cidade. Ainda, as crianças de primeira à quarta séries terão acesso à uma cartilha voltada para a educação e formação do pedestre.

O Coordenador do Programa é José Álvaro Twardowski, que acredita que com a comunidade e a continuidade das ações do programa será possível, dentro em breve, observar mudanças significativas no trânsito da nossa Capital.

Pela merecida e honrosa premiação, receba a Prefeitura Municipal de Curitiba, na pessoa do Prefeito Cássio Taniguchi, os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros e ao Conselho do Siate, pela passagem dos 10 anos de implantação, nesta Capital, o qual ocorrerá no dia 26 de maio do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Comandante do Corpo de Bombeiros e Presidente do Conselho Diretor do Siate, coronel QOBM Renê Roberto Witek, através de correspondência a ser encaminhada, Rua: Nunes Machado, nº 100, CEP.: 80.250-000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

**REQUERIMENTO Nº 879**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao senhor Valdir Florian Lazarini, que assume neste dia 22 de maio, a presidência da Sociedade Rural do Oeste do Paraná.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado na Sociedade Rural do Oeste do Paraná, na BR-277, Km 596, Parque de Exposições de Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

**REQUERIMENTO Nº 880**

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a direção da Gazeta do Povo, pela feliz decisão de dispensar definitivamente todos os anúncios de “acompanhamentos”, Tele-Sexo e outros que, de uma forma ou outra, possam, ainda que inadvertidamente, contribuir ou facilitar a prostituição.

Requer que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Anteriormente, mesmo com prejuízos financeiros a Gazeta do Povo, foi o primeiro Jornal do Brasil a abdicar de anúncios semelhantes, de forma pioneira no Brasil quando deixou de divulgar venda de órgãos humanos para transplantes, embora na época fosse permitida por lei. Felizmente hoje, esta prática esta fixada na legislação, protegendo a sociedade de qualquer abuso.

Grande é, pois, a responsabilidade que um jornal do porte da Gazeta do Povo, assume perante o público. Alertar sobre o perigo o navio que singra os mares, ou nortear-lhe a rota a seguir. Assim, o jornal tem mostrado à sociedade os perigos que o ameaçam, ao mesmo tempo que o aconselha na orientação a percorrer.

Temos certeza que a Gazeta do Povo, continuará nessa trilha, lutando pela regeneração de nossos costumes e na defesa dos legítimos interesses da população.

A tradição da Gazeta do Povo, vem nimboado de uma justa aureóla de austeridade pela correção e justeza ao longo de seus 81 anos de trabalho ininterrupto.

**REQUERIMENTO Nº 881**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de congratulações e aplausos ao Corpo de

Bombeiros do Paraná pela passagem do 10º aniversário de implantação do Siate - Curitiba.

REQUER que da decisão da Casa seja dado conhecimento ao coronel Renê Roberto Witek, comandante do Corpo de Bombeiros e presidente do Conselho Diretor do Siate, para que receba e faça chegar ao conhecimento de todos os componentes daquela Corporação esta decisão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Integrado por pessoal qualificado e muito bem treinado, esses verdadeiros “Anjos do Asfalto”, acrescentam ainda um ingrediente fundamental às suas habilidades profissionais: O humanitarismo, sem dúvida importante para confortar e tranquilizar as vítimas e familiares. Sempre alerta, com equipes que se revezam 24 horas por dia, a presença do Siate com os homens do Corpo de Bombeiros em sinistros de toda a natureza é de uma agilidade impressionante. Mesmo com dificuldade e sacrifício, a atuação dos valorosos componentes do Siate é da maior relevância e merece o reconhecimento da sociedade.

**REQUERIMENTO Nº 863**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido Voto de Louvor ao professor Nildo Lubke, funcionário desta Casa de Leis, como prova de reconhecimento aos relevantes trabalhos prestados em prol da integração da Região Sul do País.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**JUSTIFICATIVA:**

Enquanto vice-presidente desta Casa de Leis, e algumas vezes, presidente em exercício, fui então delegado pelo saudoso deputado Anibal Khury, a representar esta Assembléia junto ao Conselho Parlamentar do Sul, Copasul. Foi quando pude contar, desde os primeiros momentos com a contribuição entusiasta e criativa do Professor Nildo Ludke.

Assessor deste gabinete na área do processo legislativo, elaborado estudos técnicos acerca do Copasul - Conselho Parlamentar do Sul, entidade que congrega as Assembléias Legislativas dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Elaborou também, estudos técnicos acerca do BRDE, do desenvolvimento integrado do sul, nas grandes questões econômicas e de inserção do Mercosul, do gasoduto da Bolívia, da administração pública e ainda dos interesses do Estado do Paraná no referente à Lei Kandir - desoneração do ICMS, e da imunidade tributária na transferência de energia elétrica, entre outros.



Professor na Faculdade de Direito de Curitiba e da Escola Superior de Belas Artes do Paraná, doutor em Ciências Sociais Aplicadas - "Göttingen Universität, e doutor em Ciências Morais - Pontifícia Universidade Lateranense de Roma - Itália.

Os fatos acima citados são apenas alguns exemplos do grande profissional e amigo Nildo Lubke.

#### REQUERIMENTO Nº 865

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, com base nas disposições regimentais REQUER, após ouvido o duto Plenário, a aprovação de um voto de louvor ao Economista Wilson Portes, funcionário desta Casa, como prova de reconhecimento aos relevantes prestados em prol da integração da Região Sul do País.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

Desde a época em que nosso saudoso presidente Anibal Khury delegou a este deputado a honrosa tarefa de representação desta Assembléia junto ao então Conselho Parlamentar do Sul - Copasul, pudemos contar, desde os primeiros momentos, com a contribuição entusiasta e criativa do economista Wilson Portes, tanto na formulação de teses de interesse global, quanto na organização de eventos destinados à definição de rumos de nossa incipiente organização.

Para exemplificar citamos dois momentos, em que sua participação foi marcante: durante a fase da "última" quase-extinção do BRDE, por inspiração do então governador Antonio Britto, a diretoria do Copasul, após audiência com o presidente Fernando Fontana, deliberou defender a continuidade do BRDE como o banco da integração regional por excelência. Foi uma bandeira vitoriosa, pois a ação do Copasul representou, na seqüência, sem qualquer sombra de dúvida, a manutenção dos relevantes serviços daquela autarquia na Região Sul.

Outro momento em que o nosso homenageado demonstrou sua visão de longo prazo: após a conclusão do Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Turística da Região Sul - Prodetur, em que participou diretamente, como técnico do BRDE, em cooperação com a Organização dos Estados Americanos - OEA, recebeu a incumbência de apresentar aquele estudo ao Ministério de Esporte e Turismo que passou, desde então a endossar integralmente as teses expostas naquele documento e que representam a efetiva possibilidade de aporte de recursos do BID à Região Sul em volumes superiores a 400 milhões de dólares.

Finalmente, durante a Reunião Conjunta Parlasul-crecenea/Litoral, que congrega parlamentares do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e representantes de seis Províncias da República Argentina, coordenou os trabalhos prévios à assinatura de Convênio de Colaboração Recíproca, além de organizar a

pauta dos trabalhos e a Reunião Oficial, realizada em Gramado (RS) de 07 a 09 do corrente.

Por uma questão de justiça, cabe ressaltar, ainda, seu elevado espírito público, demonstrando por ocasião de sua passagem pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, tanto como assessor Técnico como chefe de gabinete daquela conceituada organização, durante os últimos 5 anos. Não se poderia deixar de destacar, também, sua atuação anterior, como diretor Técnico da ex-Paranatur (em três diferentes governos estaduais), assessor da presidência, chefe do Serviço de Cerimonial e secretário-executivo da Comissão de Turismo desta Assembléia, além de ter ocupado o cargo de coordenador do maior programa de financiamentos já implementado no Paraná, voltado a projetos hoteleiros, através do então BADEP, com recursos da Embratur.

Em fases anteriores de sua vida profissional, ainda, concluiu com brilhantismo o Curso de Especialização em Economia e Comércio, na Universidade de Bologna, como bolsista do governo italiano e, posteriormente, participou de curso de pós-graduação em Marketing e Publicidade, com diploma expedido pela faculdade de Administração e Economia - FAE, desta capital. naquela faculdade teve a oportunidade, também de atuar como Professor-Assistente das Cadeiras de Economia Brasileira e Economia Internacional, em diferentes períodos.

Senhores parlamentares: não nos move nenhum outro objetivo nesta oportunidade, senão o de destacar o nome de uma brilhante profissional, verdadeira "prata-da-casa", e que ainda consegue encontrar tempo para, em companhia de sua esposa Estela Inês, prestar efetiva colaboração à Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, de inestimável importância para o nosso Estado.

É um voto de reconhecimento a um brilhante profissional e devotado cidadão às causas Paranistas.

#### REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao diretor geral do Detran do Paraná, senhor César Roberto Franco, solicitando informações referente à taxa cobrada para emissão do Certificado de Segurança Veicular, conforme as perguntas na folha em anexo.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

#### JUSTIFICATIVA:

Os veículos que se envolvem em acidentes de trânsito com prejuízo de média a grande monta necessitam de um Certificado de Segurança Veicular - CSV, para poderem voltar a circular normalmente, conforme o que estabelece a Resolução nº 25, de 22 de maio de 1998 do Contran. Esta resolução tem como previsão legal, os artigos 98 e 106 do Código Nacional de Trânsito.

O artigo 2º da referida resolução expressa que somente entidade credenciada pelo Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia pode expedir o Certificado de Segurança Veicular.

Só que para obtenção do CSV, há a cobrança de taxa, conforme o modelo do veículo automotor.

Conforme informações telefônicas do próprio atendente do setor de licenciamento do Detran de Cascavel, só existe um Órgão credenciado pelo Inmetro em Cascavel, para a expedição do CSV, que é uma empresa chamada Tanstec, localizada na Rua Erechim, 972, onde a pessoa responsável se chama Neido.

Através de contato telefônico com esta empresa, descobrimos que os valores para expedição do CSV são os seguintes: 80 (oitenta reais) para motos, 100 (cem reais) para veículos médios e 190 (cento e noventa reais) para caminhões. Diferentemente de outra informação que nos tinha sido dado, onde o valor para motos também era cem reais, informação esta que foi confirmada pelo próprio senhor Neido, argumentando que a tabela havia sido alterada.

Entretanto, tentamos conseguir informações de quem expede esta tabela, ou então quem controla os valores que a empresa irá cobrar, mas isto não foi possível, já que o Detran de Cascavel e o do Paraná, localizado em Curitiba, não souberam nos informar.

No Detran do Paraná, foi nos informado que isto é responsabilidade do Denatran, mas por telefone fomos comunicados de que qualquer tipo de informações somente seria dado por escrito.

Diante do exposto, solicitamos o voto favorável dos nobres pares, para que o requerimento seja aprovado e as informações sejam prestadas de acordo com o solicitado.

#### REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor doutor Armando Raggio - Digníssimo secretário de Estado - solicitando a liberação de 01 (uma) lâmpada cirúrgica para o pronto atendimento do Centro Municipal de Saúde do município de Sarandi, destinada para auxílio nos serviços de primeiros socorros às pessoas vítimas de acidentes.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à vereadora Terezinha de Fátima Fama - Avenida Maringá, 1386 - Sarandi/PR - CEP: 87111-000

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial ao

Excelentíssimo senhor doutor Armando Raggio - Digníssimo secretário de Estado - solicitando a liberação de cestas básicas de medicamentos para o Pronto Atendimento do Centro Municipal de Saúde de Sarandi, para ampliar o atendimento aos pacientes, em suas necessidades básicas.

Sarandi conta hoje, com uma população estimada em 70.000 habitantes, e esse rápido crescimento populacional cria um grande bolsão de pobreza, onde a miséria encontra refúgio ideal.

Desta forma, é de fundamental importância a ação dessa Secretaria de Estado, no sentido de amenizar o sofrimento da população daquele município.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao vereador José Mário Sibin - Avenida Maringá, 1386 - Sarandi/PR - CEP: 87111-000.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### REQUERIMENTO Nº 856

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, solicitando efetiva negociação com a APP - Sindicato para o atendimento da pauta de reivindicação dos trabalhadores na educação da rede pública estadual de ensino, que tem os seguintes itens: Reposição salarial; implantação do PCCS; hora-atividade; avanços vertical e diagonal; política de saúde, vale alimentação; pagamento de 1/3 de férias; eleição direta para diretores; fim do Paraná Educação e revisão do Paraná Previdência, pois são questões fundamentais para a manutenção da dignidade profissional e pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, solicitando a prestação de contas do exercício de 1998 e de 1999 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), inclusive com o parecer técnico do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundef (Confema).

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) IRENEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, solicitando os documentos financeiros referentes aos exercícios de 1998 e de 1999 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), com a separação dos valores pagos aos professores estatutários e CLT e pessoal administrativo do Ensino Fundamental, inclusive com classificação por nível e referência funcional.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) IRENEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente à secretária de Estado da Educação Alcione Saliba, solicitando explicações acerca do transporte escolar, explicitando as formas de distribuição de recursos, as justificativas técnicas e a fonte dos recursos, indicando ademais o momento destinado ao município de Ponta Grossa com a necessária apreciação técnica.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 866

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. no sentido de atender o pedido da senhora Marilda de Fátima Moraes da Luz, residente à Rua Cascavel nº 862 - Jardim Guaraituba - município de Colombo, que pede agilização na instalação de um terminal telefônico referente ao Contrato nº 3819174070. A instalação está prevista para agosto/2000, porém sua mãe encontra-se doente, necessitando muitas vezes realizar ligações urgentes, motivo de tal reivindicação de agilização. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 666-1024.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Fundepar, reforçando solicitação de móveis e equipamentos para a Escola Municipal Maria Rute Conde - Ensino Fundamental, localizada no município de Jundiá do Sul, protocolado naquele Órgão Estadual sob nº 4.447.961-3.

Sala de Sessões, em 22.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Fundepar, reforçando solicitação de móveis e equipamentos para a Escola Municipal Professora Vilma Vieira Pereira Marques - Ensino Fundamental, localizada no município de Jundiá do Sul, protocolado naquele Órgão Estadual sob nº 4.447.962-1.

Sala de Sessões, em 22.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 873

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Fundepar, reforçando solicitação de cobertura de quadra esportiva da Escola Estadual Prefeito Joaquim da Silva Mafra - Ensino Fundamental, localizada no município de Guaratuba, protocolado naquele Órgão Estadual sob nº 4.449.151-6.

Sala de Sessões, em 22.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 885

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a situação operacional e de funcionamento dos Conselhos Municipais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) IRENEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao chefe da Casa Civil, Excelentíssimo senhor Cid Campelo, solicitando o que segue:

1 - quantas vezes a vice-governadora do Estado do Paraná Emília Belinati, assumiu o cargo interinamente, entre janeiro de 1995, até a presente data?

2 - Quais os períodos em que exerceu o cargo, datas de início e final de assunção?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimentos desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) NEREU MOURA

## Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam restabelecidos os 02 (dois) cargos de Consultores Técnicos às Comissões, extintos pelo artigo 1º da Resolução nº 009/97 de 03 de março de 1997.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

A Resolução nº 009/97 de 03 de março de 1997, extinguiu os dois (02) últimos cargos de Consultores Técnicos às Comissões (xerox anexo). Com isso, prejudicou vários funcionários, todos com mais de 40 (quarenta) anos de serviço ininterrupto e em atividade até hoje com tarefas de responsabilidade nesta Casa.

Com o restabelecimento dos 02 (dois) cargos de Consultores Técnicos às Comissões, daremos oportunidade de promoção a servidores qualificados, se assim julgar a douta Comissão Executiva desta Casa.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 157/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar convênios com Ciretran's municipais, com o objetivo de proporcionar a instalação de Radares Eletrônicos nos perímetros urbanos das rodovias estaduais não pedagiadas.

Parágrafo Único - Nas rodovias pedagiadas a instalação de radares eletrônicos ficará sob a responsabilidade das concessionárias, em seus respectivos lotes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

### JUSTIFICATIVA:

Esta propositura objetiva reduzir o número de acidentes automobilísticos em toda a extensão das rodovias que cruzam os municípios, nos conhecidos perímetros urbanos.

O atual sistema adotado é o "quebra-molas", o qual não diminui o índice de acidentes, pelo contrário, gera engavetamento dos veículos favorecendo mais colisões, as quais, muitas vezes envolvem pedestres.

O radar eletrônico, popularmente conhecido como pardal, reduz em até 35% os acidentes automobilísticos,

sem fazer com que haja necessidade de diminuição de velocidade, evitando-se assim os engavetamentos.

Pelo exposto, contamos com os nobres pares, com assento nesta Casa de Leis, na aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 158/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar no âmbito do Estado do Paraná, através do Departamento Estadual de Trânsito, o Centro de Formação de Condutores.

§ 1º - O Centro de Formação de Condutores, ministrará aulas práticas e teóricas para qualificar candidatos a realizar testes junto ao Detran, gratuitamente.

§ 2º - O Departamento Estadual de Trânsito fica autorizado a realizar convênios com os Centros de Formação de Condutores particulares, nos municípios do Estado do Paraná onde existir dificuldade para a aplicação do dispositivo no *caput* deste artigo.

Art. 2º - Somente poderão ingressar no Centro de Formação de Condutores, os candidatos que comprovarem renda familiar igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos.

Art. 3º - Os candidatos que se enquadrarem no artigo 2º, terão isenção de todas as tarifas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

### JUSTIFICATIVA:

A criação do Centro de Formações de Condutores pelo Departamento Estadual de Trânsito, Detran, auxiliará as pessoas de menor poder aquisitivo que necessitam da Carteira Nacional de Habilitação para terem oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

O presente projeto de lei é de alta relevância social, pois objetiva atenuar a situação de pessoas que recebem até 03 (três) salários mínimos. É importante frisar que estas pessoas lutam diariamente contra a escassez de empregos e salários defasados e com esse projeto de lei ficarão livres das despesas elevadas para a aquisição da Carteira Nacional de Habilitação.

PROJETO DE LEI Nº 159/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o governo do Estado do Paraná, através da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, a conceder redução da taxa de Coleta e Trata-

mento de Esgoto de 80% (oitenta por cento) para 50% (cinquenta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo reduzir a taxa de esgoto, que onera os orçamentos domésticos das famílias paranaenses, tendo em vista que o percentual atualmente cobrado (80% sobre o consumo de água) é muito elevado em função dos investimentos que são necessários para a realização da coleta e tratamento de esgoto.

Daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares para aprovação imediata desta lei, por tratar-se de uma justa medida que alcançará todos os paranaenses.

### Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no artigo 54, XXVI da Constituição do Estado do Paraná, a Resolução nº 4219/99, de 18 de novembro de 1999, da Secretaria de Estado da Educação, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (Celem) foi criado pela Resolução Secretarial nº 3546/86, após amplo debate com a comunidade escolar sobre a criação do Celem.

A regulamentação do Centro de Línguas deu-se pela Instrução nº 01/88, de 13.01.88, que foi elaborada por uma comissão de alto nível designada pela Resolução nº 3881/87, contando inclusive com a participação de professores da Universidade Federal do Paraná. As orientações complementares à Instrução nº 01/88 foram elaboradas pela Coordenação Estadual do Celem em 15.08.95. Na oportunidade foi garantido que 30% das vagas do Celem poderiam ser ofertadas à comunidade.

Agora, a Secretaria de Estado da Educação (SEED), através da Resolução nº 4219/99 retira unilateralmente a oferta de vagas à comunidade, restringindo o

acesso ao Celem somente para alunos e professores da rede pública estadual.

Com isso, a SEED exorbitou suas atribuições legais, pois, foi contra o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96), que reconhece a importância e garante a diversificação do ensino de línguas estrangeiras, no parágrafo 5º, do Artigo 26, que diz: “Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.”

Além disso, a resolução da SEED também vai contra o que está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), que diz na parte do Ensino de Línguas Estrangeiras: “Hoje, parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao estudante aproximar-se de várias culturas e, conseqüentemente, propiciam a sua integração no mundo globalizado.”

Portanto, a Resolução nº 4218/99 exorbitou suas atribuições legais, ferindo a LDB e os PCN. E também desconsidera o suporte que, historicamente, os sucessivos governos do Paraná, têm dado à política de ensino baseada no plurilingüismo, justamente para contemplar as diversas etnias que compõe o povo paranaense. Além do que, tal resolução impede a conclusão do curso do Celem aos alunos da comunidade que já haviam cursado o primeiro ano em 1999 e que tem direito de concluí-lo.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, deputado Edgar Bueno.

#### O SR. EDGAR BUENO

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje estamos nos manifestando nesta Casa para prevenir o que poderá acontecer no Paraná, definitivamente, a partir de amanhã.

Tivemos uma reunião neste final de semana, em Cascavel, com professores e alunos que lá se manifestaram a respeito da “Operação Tartaruga” e de todos os itens que desejam para a reformulação da escola pública, para não deixar que o Estado do Paraná e nosso governador Jaime Lerner permitam que a escola pública seja sucateada.

Lá ouvimos dos professores que há cinco anos e meio não recebem sequer o reajuste da inflação, e é isto que eles estão reivindicando, além de oito itens que passarei a Vossas Excelências.

A reivindicação salarial significa dizer que o governo precisa dar como reposição 41,14%. Isto dos últimos cinco anos e meio; item dois: hora-atividade, gratuidade na LDB/96; item 3: aprovação de planos de Cargos/Carreiras e Salários, que aguardam votação desde 1998, aqui nesta Casa. item 4: vale-transporte, vale-alimentação

avanços diagonal e vertical; item 5: assistência médico-hospitalar, revisão da previdência; item 6: repasse de recursos para as escolas; hoje este valor, mensal, é de 0,52 reais por aluno de 1ª à 8ª séries. Não há verba e merenda para o 2º grau; item 7: concurso público, revogação da Paranaeducação; item 8: eleição diretas para diretores.

Estas são as reivindicações dos professores. As manifestações já aconteceram em todo o Estado do Paraná e sabemos que, pela lerdeza deste governo, pela falta de atitudes não tomadas por ele, temos certeza que amanhã, por sua culpa, a greve no Estado do Paraná será deflagrada, não só em Cascavel, mas em todo o Estado do Paraná!

Hoje há uma reunião do senhor governador com algumas lideranças, com a Secretaria da Educação e também com as chefes de Núcleo do Estado do Paraná, mas estamos aqui, através da Comissão de Educação, da qual o deputado Irineu Colombo é o presidente, e iremos abrir a reunião e deixá-la permanente para dar apoio aos professores, pais e alunos que, a partir de amanhã, por única e exclusiva atitude não tomada deste governo, entrarão em greve permanente. Até quando não sei.

É lamentável a greve, é ruim a greve para os professores, os pais, alunos e todos o Estado do Paraná, porém, se não temos outro instrumento para pressionar o governador Jaime Lerner, infelizmente vamos ter que dar apoio para que esta greve seja deflagrada a partir de amanhã.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao segundo orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente e senhores deputados.

Ponta Grossa vive alguns momentos difíceis no que se refere à sua Prefeitura Municipal. Alguns fatos foram denunciados e estão sendo apurados pela Câmara Municipal e pelo Ministério Público. Mas, nesta síndrome de denúncias, aonde sem provas envolvem firmas tradicionais e principalmente firmas que prestam serviço público, como no nosso caso, em Ponta Grossa, a Viação Campos Gerais, Viação essa que fundada há muitos e muitos anos atrás pela família Resenthal; posteriormente, a família mesmo adquiria aquela prestadora de serviço de transporte público de Ponta Grossa e encaminhava, durante a permanência da Família Mesomo, para a aprimoramento e principalmente, para o reciclagem no transporte coletivo de Ponta Grossa.

Após a família Mesomo, outra família deste Paraná, a família Gulin, adquiriu aquele transporte. E hoje, prestando um serviço de primeira qualidade, aonde toda cidade de Ponta Grossa é atendida, e principalmente quando da necessidade, nos momentos mais difíceis, seja de creche, de entidades filantrópicas, seja de asilos, de membros da terceira idade, aquela empresa tem prestado

sua colaboração, não tão somente com o poder público, mas com toda comunidade de Ponta Grossa.

Faço este registro, senhor presidente, pelo envolvimento que teve em uma das críticas, em um dos apontamentos envolvendo a Prefeitura e a Viação Campos Gerais. Nós, que conhecemos a lisura de comportamento, não só da diretoria e nem tão somente da família Gulin, mas conhecendo de perto como eles tratam a empresa e principalmente as responsabilidades com o transporte coletivo de Ponta Grossa, não poderíamos ficar alheios a isto que foi divulgado.

Estamos entrando nesta Casa, senhor presidente e senhores deputados, com um pedido para transcrição nos Anais deste Poder, de um comentário feito por um dos jornais da cidade, aonde faz a apresentação à lisura de comportamento e principalmente o respeito que tem a Viação Campos Gerais com a comunidade pontagrossense.

Aproveito também, senhor presidente e senhores deputados, para dizer que no próximo Dia da Indústria, lá em Ponta Grossa, será homenageada a Metalúrgica W3, Metalúrgica essa que surgiu pequenininha e se transformou numa metalúrgica média, e hoje é uma das maiores da nossa cidade, graças não só ao seu diretor-presidente e nem tão somente à sua diretoria, como também seus funcionários e fregueses que dela compram seus produtos. Na próxima semana, estará a W3 recebendo da Associação Comercial da nossa cidade o mérito industrial do nosso município.

E também aproveito para fazer este registro, como fiz da Viação Campos Gerais, que são empresas que engrandecem o meio empresarial e industrial de Ponta Grossa, da região dos Campos Gerais e do nosso Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, está inscrito o deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente queremos manifestar, em nome do Bloco de Oposição da Assembleia Legislativa, o nosso apoio ao movimento dos professores do Paraná, dos trabalhadores em educação, incluindo aí, além dos professores, os funcionários das escolas, zeladoras, serventes, seguranças, supervisores e orientadores educacionais. Nosso apoio para que tenham sucesso também na empreitada reivindicatória e que tenham acima de tudo sucesso, e não venha a acontecer da mesma forma que aconteceu em São Paulo aquele enfrentamento horroroso da Polícia Militar que aliás no Paraná já tem antecedentes que poderiam até prevêê-los.

Mas, senhor presidente, subo a tribuna usando o Grande Expediente para fazer um relato da visita do Bloco de Oposição ao município de Londrina, na última quarta-feira. Como não nos foi possível fazer o mesmo

pronunciamento na quinta-feira, que era o nosso desejo o, fazemos hoje. Viajamos na manhã daquela quarta-feira para Londrina com as informações que o jornal nos dava, com as informações que o deputado José Maria Ferreira, que é daquela área, nos passava. Tivemos uma audiência às 11 horas da manhã com os três promotores de justiça, doutores Cláudio, Bruno e Solange, que gentilmente nos receberam e pudemos fazer uma série de perguntas, indagações, preocupações e nos foram dadas uma série de informações, algumas delas em caráter sigiloso e tantas outras que estão nos autos, mas foram resumidas nas palavras do doutor Cláudio todas as informações e os procedimentos dos autos que investiga os desvios de dinheiros público naquele município. saímos dali e protocolamos diversos requerimentos na 4ª, 6ª e 8ª Varas Cível e Criminal lá de Londrina e fomos também recebidos na sala OAB pelas lideranças do movimento moralização já na administração pública de Londrina, que envolve mais de 80 entidades do município. No final da tarde, fomos recebidos pelos senhores vereadores, presidente e relatores das Comissões Processantes. Naquela tarde já havia informação de uma segunda Comissão Processante onde relataram como estavam indo os trabalhos, manifestando a nossa solidariedade, enquanto Parlamento-irmão, e também ouvimos o presidente da Câmara e por fim ouvimos dois testemunhos, dos senhores Vaurides e Eduardo Alonso, que por nós convidados a fazer um depoimento fechado o fizeram, e nos entregaram vários documentos.

Mas o que vimos lá, senhores presidente, foi algo de deixar todos espantados. Saímos de Londrina escandalizados por aquilo que está acontecendo. São três fatos que deixam a gente com muita preocupação. Todos nós deputados saímos preocupadíssimos e imaginando que ações poderíamos tomar.

O primeiro fato que envolve a família Belinati - desvio de recursos colocados em contas pessoais da vice-governadora Emilia Belinati, do deputado Antonio Carlos Belinati, e mais dois filhos do prefeito e do próprio prefeito, Antonio Casemiro Belinati. Este é um fato.

O segundo fato, envolve problemas já conhecido aqui nesta Assembléia, de compras de ações pela Copel junto à Sercomtel, operação que temos documentos, operação altamente suspeita do ponto de vista da formalidade, inclusive documentos assinados sem timbre, sem data, fazendo alusões a outros documentos que não temos nenhum conhecimento, por exemplo, o repasse já anunciado aqui de dezessete milhões de reais para a Banestado-Corretora, que ninguém sabe para que serviu isso, para que foi isso. Documentos que mostram que nós, quando queríamos, e queremos, a CPI da Copel/Sercomtel, estamos no caminho certo.

Deputado Rossoni, a gentileza de Vossa Excelência, gostaria de ressaltar aqui, em anunciar aos deputados de Oposição a disposição da Copel fazer os esclarecimentos necessários.

Parece que do ponto de vista da Copel as explicações contábeis não têm grandes problemas. Agora, confrontando os documentos que já temos com os testemunhos do Eduardo Alonso e tantos outros, poderíamos chegar à evidência dos fatos, aonde foi desviado em torno de 22 milhões de reais, segundo contabilidade lá, em cima da mesa, naquela tarde. Vinte e dois milhões de reais desviados com o Banco FonteCindam, Copel, Sercomtel. Uma operação que temos hoje todos os documentos na mão, mas temos que avançar e saber porque é que algumas quantias foram pagas aqui, acolá, o que motivou os pagamentos dessa movimentação financeira e como foram feitas; o Banestado - Corretora, por exemplo recebeu esse dinheiro.

O terceiro aspecto, que tomou a todos de surpresa foi o fato de em Londrina ter um esquema que levava esse dinheiro, que fazia circular esse dinheiro por dentro do Banco Oficial do Estado do Paraná, do Banestado. Isso é profundamente grave, porque movimentação do ano de 98, e pelo menos trinta contas frias, auditadas pelo Banco Central e pela própria auditoria do Banco do Estado do Paraná, na ordem de 300 mil a um milhão de reais por dia, por dia! Isso não é afirmação, isso são documentos que estão nos autos, se não me engano na 6ª Vara, documentos que estão vindo para nós de Londrina, no carro, estão tirando xerox para nós, virá num carro toda essa documentação para fazermos uma avaliação completa disso tudo. Já estamos com os nossos advogados, evidentemente colaborando conosco, fazendo avaliação de todas as ações jurídicas possíveis. Mas a situação complicada é realmente a que envolve a vice-governadora do Estado em que está contundentemente comprovado que ela recebeu dinheiro em conta, dinheiro vindo da Comurb, em licitações fraudulentas, documentadas e testemunhadas por várias pessoas, e este dinheiro foi depositado na conta da vice-governadora. Esse dinheiro foi usado para a reforma de apartamento, e foi usado também na campanha. Isso está comprovado nos autos.

Queremos manifestar portanto aqui, senhor presidente, que todas as informações, essas comprovações, fazem com que o momento político do Estado do Paraná seja profundamente preocupante.

Nós, que diante das informações da imprensa, do que o Ministério Público proclamou e do acatamento das várias iniciativas do Ministério, por exemplo, a quebra do sigilo telefônico e bancário da vice-governadora, nós, aqui, pela palavra do deputado líder do PMDB, Nereu Moura, pela primeira vez disse e endossamos, que a vice-governadora do Estado do Paraná, moralmente consideramos impedida de assumir um cargo de governadora do Estado. As defesas que se colocam é de que ela pode assumir a qualquer momento. É evidente que ela pode assumir, mas moralmente a sociedade do Paraná, o movimento organizado, a OAB estadual está aí para entrar no caso, como a OAB de Londrina entrou, os empresários daquela cidade, mais de oitenta entidades absolutamente

insuspeitas. A Associação Comercial e Industrial de Londrina tem 64 anos de existência e até hoje não se envolveu em nenhuma querela que tivesse uma ambientação política - é a primeira vez - mostrando absoluta isenção do seu envolvimento.

O que essa sociedade organizada quer é que, nós, deputados dessa Assembléia Legislativa, vamos fundo na investigação. Aprofundando a investigação da Copel/Sercomtel e acima de tudo pedir ao governador, que não deixe a vice-governadora Emilia Belinati assumir o cargo, porque poderá interferir negativamente nas investigações, porque irá manchar o governo do Estado do Paraná e será mais uma vez notícia negativa para o Brasil, tendo uma governadora com sigilo bancário e telefônico quebrado, sendo investigado com provas contundentes, evidentemente, não estão sendo sentenciadas, mas o será com toda a certeza - não tem condições de assumir o governo do Estado.

Nós, da Assembléia Legislativa, queremos, não tivemos tempo suficiente, senhor presidente Nelson Justus, de fazer uma conversa com Vossa Excelência, mas conforme já foi anunciado, nós o faremos para pedir rápido trâmite ou o aceleração do trâmite dentro do que é possível regimentalmente, para o nosso pedido de uma CPI da Copel/Sercomtel, que venha elucidar uma série de denúncias e indícios de fraudes que envolvem essa empresa e a empresa de telefonia de Londrina.

Passamos mais essa informação, porque não tivemos tempo de conversar com Vossa Excelência.

Hoje, pela manhã, tivemos o cuidado, e a pedido da sociedade londrinense, de fazer uma audiência com o presidente do Tribunal de Justiça, Sidney Zappa, desembargador que gentilmente nos recebeu em uma conversa extremamente positiva. Fomos a ele manifestar nossa preocupação com a questão de Londrina e também a nossa solidariedade ao Poder Judiciário e a nossa confiança nele nas investigações das questões de Londrina. Também manifestamos a nossa posição de apoio aos juízes de Londrina, que estão recebendo nesse momento ataques dos advogados, do prefeito Antonio Cassimiro, ataques esses que fazem parte de uma estratégia de defesa, porque você ataca a nível pessoal os promotores e a promotora, o judiciário e faz com que eles venham para a arena com uma manifestação de ordem pessoal. Aí, sim, o advogado vai para a defesa dizendo que tem animosidade com ele, que é um inimigo dele e consegue trazer mais um item para a sua defesa nos tribunais. Evidentemente os promotores de Justiça não estão entrando nessa e também o próprio judiciário tem se manifestado através da sua diretoria do fórum, em Londrina.

Fizemos a nossa parte ao manifestar ao desembargador, presidente do Tribunal, a nossa irrestrita confiança e também alertar ao Judiciário, que nesse momento o Tribunal de Justiça será motivo de muitas ações e que confiemos na capacidade técnica e legal deste Tribunal para julgar com absoluta isenção, recebendo com o devido

respeito da nossa parte o julgamento que fizer, nas questões de Londrina.

Além disso, acabamos de sair, neste momento, senhor presidente, de uma audiência com o procurador geral de Justiça, Marco Antônio Teixeira, e pedimos a ele que fizesse um esforço no sentido de dar mais suporte às investigações em Londrina.

Para os senhores deputados terem uma idéia, no Paraná são poucos os promotores designados em equipe, para atender casos. Uma das poucas exceções é o caso de Londrina, três promotores, trabalhando incansavelmente, com um volume enorme de trabalho, investigando só os escândalos quer envolvem desvio da Conurb e a família Belinati. E a nosso pedido, o Ministério Público entrou, a partir de quinta-feira nas investigações Copel/Sercomtel. Também nas investigações dos desvios de recursos e contas frias no Banestado, com a chancela de pessoas que ocupam cargos de confiança, nomeadas pelo governador, naquele Banco. Também estes promotores entraram neste caso, portanto estão assoberbados de trabalho! E o Ministério Público, saindo agora da audiência, está estudando uma alternativa de mandar mais um promotor e também dar equipe técnica para dar o devido suporte às investigações que se avolumam, no município de Londrina.

Concedo o aparte ao deputado Nereu Moura.

#### **O Sr. Nereu Moura**

Deputado Irineu Colombo, apenas quero acrescentar ao seu raciocínio, que o que se coloca aqui, neste Parlamento, não é um problema da Situação ou Oposição, é um problema que envolve a responsabilidade da Assembléia Legislativa do Paraná, de apurar denúncias envolvendo autoridades do governo do Estado. E o que está em jogo é, além de parlamentares, o caso da vice-governadora que, segundo farta documentação arrolada aos autos, comprova o recebimento de benefícios, auferidos de forma ilegal, do erário público.

Então, esta é que é a questão, não podemos aqui partidizar, politizar esta discussão. A Assembléia Legislativa do Paraná tem a obrigação legal, constitucional, moral, de investigar autoridades que, no desempenho de funções públicas, não tenham se comportado com decência e com honradez. Por isso tudo este trabalho que estamos desenvolvendo, com a preocupação de, em momento algum, politizar esta discussão!

É evidente, meu caro líder das Oposições, deputado Irineu Colombo, nós que estivemos em Londrina, fomos lá para descobrir um cardume de lambaris e descobrimos um cardume de tubarões, tão grave é a situação que envolve o desvio de recursos! E podemos falar, textualmente, desvio de recursos, porque é isso que está provado nos autos, fartamente comprovado!

Então, é evidente que nós, Deputados, não podemos ficar assistindo esta situação, ficamos calados por tanto tempo, até para não prejudicar o encaminhamento que estava se dando pelo Ministério Público. Aliás, falando em Ministério Público, tem que se ressal-



tar aqui a qualidade do Ministério Público de Londrina que, durante um ano e quatro meses se comportou da maneira mais equilibrada possível, sigilosa, ponderada, para cumprir o seu papel de investigação. Tranquilo, por mais que as pressões partissem, por mais que houvesse todo tipo de procura de interferência no seu trabalho, o Ministério Público de Londrina, se comportou de forma elogiável! E, ao cabo dessa investigação, ficou provado o envolvimento de autoridades, autoridades que não se comportaram de forma como se prega e como se deveriam comportar. Com zelo, transparência, moralidade e publicidade, como diz o princípio da administração pública.

Não nos interesse aqui na Assembléia Legislativa julgar o prefeito de Londrina, porque o lugar adequado é a Câmara Municipal e o Poder Judiciário. O prefeito de Londrina parte daquela velha premissa que o ataque é a melhor defesa. No momento que usa dessa artimanha, tenta desqualificar o trabalho do Ministério Público para preparar a sua defesa. Fica muito claro para o povo do Paraná essa estratégia adotada por um prefeito, por um político que já faz 35 anos de militância na vida pública.

Ficamos estarecidos com as informações que temos em mãos. Queremos pedir para a Assembléia que nós, enquanto deputados, não podemos fazer vistas grossas a esse problema. Temos que fazer a investigação para não sermos taxados como co-responsáveis pela criminalidade, de incompetentes e de benevolentes com o crime contra a administração pública.

Essa situação de Londrina poderia ficar restrita ao município de Londrina, se ficasse apenas com as autoridades de Londrina. Tudo isso teve origem em maio de 1998 quando o governador Jaime Lerner determinou que a Copel comprasse 5% das ações do Sercomtel, pagando 186 milhões, superfaturando. Um péssimo negócio para a Copel e um ótimo negócio para a prefeitura de Londrina, se o dinheiro não fosse desviado. Aí começou o grande problema de toda essa corrupção, dessa situação que entristece o povo do Paraná. Maio de 1998 - é bom que se diga: faltava apenas quatro meses para as eleições.

Por isso, deputado Irineu Colombo, nós que juntos convivemos aqui neste Parlamento, acreditamos que não será negado para esta Casa o seu direito legítimo, legal e constitucional de investigação. Porque, se isso for, teremos que usar outros expedientes. Além daquelas de ordem legal que iremos dar entrada na Justiça esta semana, pedindo o afastamento da vice-governadora Emilia Belinati. Naturalmente que temos de fazer aqui o cumprimento da nossa função como parlamentar de fiscalizador da aplicação do dinheiro público. Quando a situação foge de Londrina, envolve o governo do Estado, envolve a Copel, a vice-governadora, não podemos ficar de braços cruzados. Não podemos fazer como a avestruz, enterrar a cabeça na areia. Temos que dizer ao povo do Paraná que somos deputados e estamos fiscalizando.

Muito obrigado!

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Quero fazer duas colocações, as ações do Ministério público, eu já fico tranquilo porque sei que o Ministério Público tem competência para apurar os fatos de Londrina.

Outra resposta que é importante dizer aqui, de que quando se fala que o governador Jaime Lerner determinou a compra de 45% da Sercomtel, foi superfaturado. Olha, nós estamos trabalhando com ações cotada em Bolsa. A Copel comprou a Sercomtel em cima de pareceres que estão lá, à disposição de Vossas Excelências.

Vossas Excelências trouxeram de Londrina documentos que poderão ser checados com documentos que a Copel tem e estou colocando à disposição. O que eu sinto nisso é que a ação da Oposição hoje, está correta, está trazendo na verdade, benefícios à apuração desta questão de Londrina.

Só não concordo com Vossas Excelências, quando querem colocar o nome do governador Jaime Lerner em cima desta questão.

Então, quanto à postura da Copel, vou ressaltar novamente, estou aguardando e espero que a vontade democrática de Vossas Excelências prevaleça, marquem dia e hora para verificar toda documentação, no momento em que a Copel comprou as ações da Sercomtel. Nós vamos provar às Vossas Excelências que não existe superfaturamento e os pagamentos foram feitos em cima de um contrato que foi feito com a Sercomtel.

Então, esta vontade que existe de envolver o governador nos problemas de Londrina, começa a desvirtuar e levar para a questão política.

Quero dizer a Vossa Excelência e ao deputado Nereu Moura, pode usar todos os artifícios possíveis e impossíveis, nós não trabalharemos aqui sob pressão ou sob ameaça quanto à questão Copel/Sercomtel. Não aceitaremos esse tipo de ameaça, porque se algo existe para ameaçar, que venha a público, traga a verdade, porque aqui é a Casa onde a verdade tem que prevalecer.

Não concordamos com a CPI Sercomtel/Copel. Não existe a CPI Sercomtel se depender da vontade do deputado Rossoni porque nós estamos abertos para os esclarecimentos. Tenho certeza absoluta que a partir do momento em que Vossas Excelências detem esta abertura para que os diretores e o presidente da Copel possam fazer os esclarecimentos em cima de documentos, tenho certeza, que Vossas Excelências ficarão preocupados com a questão de Londrina e esquecerão do governador Jaime Lerner, porque quando chega no governador, já está virando uma questão política.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Valdir Rossoni, tenho que encerrar o meu pronunciamento, mas direi a Vossa Excelência que a capacidade de investigação de uma CPI é formidável, é inquestionável.

As informações da Copel serão bem-vindas. Agora, nós queremos informações da Prefeitura de Londrina, Banco FonteCindam, banco Sudameris, Sercomtel e das próprias determinações do governo do Estado.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Do governo do Estado, Vossa Excelência terá todas.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Muito obrigado. Veja, a Copel é uma empresa do governo do Estado e a Sercomtel, do município. Todo este escândalo começou com essa primeira relação Copel-Sercomtel.

Queremos esses documentos, vamos fazê-lo pela via formal, por requerimento, porque queremos submeter uma formalidade a todo esse procedimento. Como não vamos fazer ligações duvidosas, nós estamos falando das informações fazendo apelo político a todas as lideranças e iremos conversar com cada liderança partidária. Hoje pela manhã, gostaríamos de ter conversado com o deputado Toni Garcia e não foi possível devido estar atarefado, e irei conversar com o deputado Durval Amaral que foi o deputado que me convenceu, na sala do deputado José Maria Ferreira, a assinar a CPI naquela ocasião, a CPI da Copel/Sercomtel, e estava ele cheio de argumentos para justificar essa assinatura e iremos até ele pedir que assine conosco e faça os esforços que ele tem, com sua capacidade, para que possamos instalar essa CPI com todos os instrumentos jurídicos e capacidade técnica e política que uma CPI tem, para fazer avançar as investigações. É isso que queremos. O Ministério Público está fazendo um trabalho de investigação e agora, nós podemos avançar, fazendo um disque denúncia e assim por diante.

**O Sr. Edgar Bueno**

Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.

**O Sr. Edgar Bueno**

Farei o aparte em um minuto. É importante ressaltar aqui as denúncias contra o prefeito Belinati começaram há um ano e meio e só agora aconteceu aquilo que a sociedade queria que acontecesse mesmo. Foi esclarecida uma parte de toda aquela falcatura à população.

Nós não entendemos até hoje o porquê daquela decisão da retirada das assinaturas e do abortamento da CPI da Copel/Sercomtel. Até hoje não compreendemos isso. Queremos denunciar aqui também que a decisão é suspeita, da Copel, em pagar 186 mil-

hões nas ações da Sercomtel. os valores são suspeitos, a decisão é suspeita. O procedimento da Banestado Corretora é suspeito. Portanto, existe uma série de suspeições que só a CPI poderia esclarecer e eu quero repetir o que todos nós repetimos algumas vezes, que quem não deve, não teme. Se é tão limpo o negócio, se ele não envolve o governador, não envolve a vice-governadora, não envolve a campanha política, por que não formalizarmos essa CPI de uma vez por todas?

**O SR. IRENEU COLOMBO**

Eu queria encerrar e vou deixar prejudicado o deputado Caíto Quintana...

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Deputado Irineu Colombo, Vossa Excelência poderia usar o horário da Liderança das Oposições e conceder aparte ao deputado Caíto Quintana.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Se a Presidência me conceder...

(Assentimento)

Concedo aparte ao deputado Caíto Quintana.

**O Sr. Caíto Quintana**

Deputado Colombo, tenho ouvido sistematicamente a preocupação do deputado Valdir Rossoni. Com muita propriedade e desempenhando o seu papel, ele tenta justificar a colocação de documentos à disposição da Assembléia, quer seja no requerimento de um pedido de informação ou na constituição de uma CPI ou de qualquer outro tipo de informação que a Oposição pretenda ter.

O problema é o seguinte: a CPI é o grande instrumento legislativo. O maior instrumento, o maior instante do Legislativo. Se dependesse do Executivo e do Judiciário, e seguramente fosse posto em votação, por eles, as CPI's desapareceriam, porque é o instante em que o Legislativo se sobrepõe a todas as dificuldades legais para poder apurar os fatos na sua profundidade, sem as próprias dificuldades que a legislação comum oferece.

Portanto, acho que substituir uma CPI pela colocação à disposição de documentos, é uma coisa que, lamentavelmente, deputado Rossoni, não podemos aceitar. Faz parte do jogo do governo, mas não faz parte do jogo da Oposição e do interesse do Paraná em esclarecer o assunto. Por quê? Primeiro, pode-se omitir documentos quando são colocados extra oficialmente e nada acontece. Pode-se escamotear a colocação dos fatos e nada acontece. Pode comparecer o presidente da Copel e é o único que podemos convocar, e nem a Sercomtel podemos convocar por requerimento de Plenário, não somos suficientes para autonomia municipal, muito menos os Bancos e eles compareceriam aqui, cercados de assessores, num assunto que não é vergonha nenhuma nossa, dizer que não entendemos porque não somos especialistas no assunto e seríamos mais uma vez sufocados,

como tantas e tantas vezes aconteceu quando o Banco do Estado, por exemplo, veio tentar explicar a tramitação dos títulos de precatórios, a compra de títulos podres e que depois acabou se constatando como uma grande verdade, mas não temos conhecimento e não temos assessoria para debater, a CPI tem isso, a CPI tem esse instrumento para poder, senhores deputados, isentar o governador, se for necessário.

Imaginem a irresponsabilidade da Oposição se estivéssemos propondo uma CPI que servisse como um salvo-conduto, como um atestado de decência ao prefeito de Londrina e ao governador. É claro que a CPI não tem condão de transformar inocente em culpado. A CPI, pura e simplesmente, vai apurar fatos que são acompanhados, discutidos e contestados juridicamente. Portanto, alguém investigado numa CPI, necessariamente não tem o carimbo de culpado, pelo contrário, pode receber o carimbo de inocente. Então, esse assunto já é muito grande, já desgastou a Assembléia, já teve uma CPI que começou e extinguiu, inexplicavelmente. O Ministério Público está há um ano e dois meses, aproximadamente, com um documento sobre isso, e claro que não avança, porque precisa de um instrumento muito mais ágil e esse instrumento mais ágil é a CPI.

Acho, meus companheiros da Oposição e da Situação, o grande momento da Assembléia Legislativa é esclarecer definitivamente esse fato para poder mostrar que não estamos aqui para dar proteção nem a governo, nem a Oposição, estamos aqui para dar proteção ao desempenho econômico, social, e evolutivo do nosso Estado do Paraná. E o melhor caminho é a instalação dessa CPI. Acho que isso é importante, deputado Colombo, e parabéns, por tocar no assunto.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Muito obrigado pela colaboração sempre inteligente do deputado Caíto Quintana.

Senhor presidente, senhores deputados, a nossa intenção é que possamos atender uma demanda da opinião pública paranaense e fazermos as investigações.

Vergonhosa será a nossa situação se o Ministério Público determina a cassação de mandato, propor cassação de mandato da vice-governadora. Vergonhosa será para a Assembléia tal situação, porque a Assembléia está se negando a investigar. Essa vai ser a nossa vergonha. Como bem disse o deputado Caíto Quintana, poderemos dar o atestado de idoneidade, mas vergonhosa será a nossa situação se não nos propormos a investigar, pelo menos a questão da Copel/Sercomtel. E estamos até sendo tranquilos nessas colocações, estamos só na Copel/Sercomtel, temos possibilidade de avançar para tantos outros caminhos e já existe essa possibilidade.

#### O Sr. Caíto Quintana

Só uma colaboração, nem um aparte é.

O senhor imagine o desgaste da Assembléia Legislativa se eventualmente a Câmara Municipal de Vereadores

de Londrina vier a investigar e apontar envolvimento irregular de uma transação da Copel, e nós fomos inconseqüentes a ponto de não fazê-lo. Quer dizer, seremos por uma Câmara Municipal declarados incompetentes para poder levantar um caso que fere a principal estatal o nosso Estado.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

É bem verdade.

E por outro, deputado Valdir Rossoni, eu sei que Vossa Excelência tem uma tarefa difícil de defender o governo, num momento terrível como esse, além das questões...

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Não, Vossa Excelência não coloque o que eu não estou dizendo que é difícil. Faça a defesa com tranquilidade.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Mas, eu, deputado, estou sendo solidário a Vossa Excelência, estou fazendo essa avaliação, é pessoal, eu sei que é difícil, e faço essa avaliação.

Estamos só na Copel/Sercomtel e só temos documentos disponíveis, unilateralmente, por parte da Copel na questão Copel/Sercomtel, mas temos ainda o problema do Banestado, e temos ainda a questão da vice-governadora, e do Antônio Carlos Belinati, mas, queremos para resguardar, inclusive, o princípio de não fazer ilações e acusações como estava preocupado na nossa reunião o deputado Ângelo Vanhoni, queremos fazer um nível de formalismo nessas relações, porque nada de fazer explicações subjetivas, avaliações de ações, que nós não entendemos muito bem, apresentar dados contábeis, contabilidade aceita tudo, como diz aquele procurador, lá, aquele conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dois mais dois, pode ou não ser quatro.

Então, a contabilidade da Copel pode estar apontando para um determinado caminho, mas precisamos receber essas informações de maneira oficial. Qual é o instrumento que nós, deputados, detemos aqui, para ter essas informações de maneira oficial a esta Casa? É aprovação de requerimentos. Qual é o instrumento mais eficaz das investigações, inclusive se for para dar certificado de idoneidade ao governador Jaime Lerner? É uma CPI. Direito de ampla defesa, busca pública de documentos. Um processo extremamente ágil na investigação, muito mais ágil do que o Ministério Público. Enfim, queremos usar os meios regimentais que a Assembléia Legislativa nos dispõe, e vamos fazê-lo.

E nós, da Oposição, estamos convidando os demais deputados para se incorporarem a este processo de investigação. Temos vários documentos só que eles, no momento, não têm muita conexão. Aqui tem documento de empresa conhecidíssima de transação com governo do Estado, só que precisamos instalar o devido

processo interno para buscar estas documentações, fazer as relações, dar vida a este documento ou descartá-lo de qualquer hipótese de envolvimento com falcatruas.

E nós não vamos faltar com a opinião pública. Nós da Oposição, queremos dizer que estamos sintonizados com as demandas públicas. Usaremos, inclusive, o expediente da nossa missão Parlamentar de maneira individual, mas assumindo um corpo coletivo de investigação e inclusive constituindo um relator, se for o caso de maneira informal, para fazer as investigações necessárias. Vamos responder à sociedade civil!

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o PPB.

(**Declina**).

Pela Liderança do PMDB, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Afora este problema que tanta angústia tem nos causado, envolvendo autoridades do governo do Estado o que, para nós está muito claro que tudo isso se originou em maio de 1998, quando o governador Jaime Lerner determinou a compra do Sercomtel, através da Copel, tem outro assunto de gravidade proporcional:

Eu disse aqui, já algumas vezes, que quando o Secretário Cândido Martins de Oliveira, da Segurança Pública, havia sido demitido em função do seu envolvimento com ações ilícitas desenvolvidas no Paraná, e, no momento em que o governador Jaime Lerner convidou o secretário José Tavares para ocupar a Secretaria de Segurança Pública, tivemos a ilusão, a pretensão de que a situação poderia se encaminhar muito melhor do que então se verificava.

Mas, de lá pra cá, o que se observou foi que, com a ida do deputado José Tavares para a Secretaria de Segurança Pública a situação se deteriorou em forma tal que hoje, dá-se a impressão que o ex-secretário Cândido Martins de Oliveira tinha muito mais preparo, muito mais qualificações para tocar a área de Segurança Pública. Afora, evidentemente suas relações estranhas à atividade para qual ele havia sido designado pelo governador Jaime Lerner.

Quero dizer aqui que me decepcionou profundamente a maneira como o secretário José Tavares tem se comportado à frente da Secretaria de Segurança Pública. Não erro em afirmar que é o secretário mais truculento que o Paraná teve nos últimos tempos. Não preciso relacionar aqui o fato do assassinato de um agricultor que vinha fazer um manifesto em Curitiba e que, por suposições do secretário Tavares, de que esta gente pudesse vir aqui criar constrangimento ao governador Jaime Lerner, mandou detê-lo na Rodovia 277 e na

cidade de Campo Largo. E lá, foi fulminado, foi barbaramente assassinado este trabalhador.

E, depois disso, o secretário de Segurança tentou, com uma idéia mirabolante, dizer que este cidadão não tinha sido morto num confronto com a Polícia Militar, até que o governador Jaime Lerner desautorizou e mandou abrir investigações para apurar o episódio.

E aí vem senhor presidente, a surra que os funcionários do Poder Judiciário levaram, os estudantes que se aproximaram do Palácio Iguaçu, que foram tocados pela Polícia, com helicópteros, crianças de 10, 12 anos, corriam desesperadas. E o secretário de Segurança, num helicóptero, andando e olhando para saber se efetivamente a surra estava sendo bem aplicada, nos estudantes, nos funcionários do Poder Judiciário.

E o que falar dos caminhoneiros, que foram violentamente humilhados pela polícia do governador Jaime Lerner, obedecendo ordens do truculento secretário de Segurança Pública, que não tem mais o meu respeito, que não tem mais o respeito do povo do Paraná? E nós depositávamos esperança neste cidadão, que foi nosso colega, aqui na Assembléia! Que homem forjado na luta democrática, imaginávamos que pudesse, da maneira mais sublime e fraterna, conduzir uma área difícil do governo. De qualquer governo, não só do governo Jaime Lerner, a bem da verdade. Todavia, demonstrou despreparo, desqualificação, demonstrou toda a sua arrogância, prepotência e truculência à frente de um órgão importante, que é o aparelho repressivo do governo.

Agora, senhor presidente, o que o Jose Tavares fez no município de Espigão Alto do Iguaçu, na região Centro-Oeste do Paraná é algo inimaginável, é algo indecifrável! Determinou que a Polícia Militar para lá se dirigisse e desocupasse uma área que estava ocupada há 14 anos. Há 14 anos! Uma área, senhor presidente, que o próprio Incra fez o assentamento, que o próprio Incra deu dinheiro para fazer as casas, a iluminação, para pôr água, para construir a igreja, para construir a escola! Agricultores com casas de alvenaria! Trinta e seis moradores há 14 anos vivendo nas suas propriedades, com financiamentos do Banco do Estado, do Banco do Brasil! Mas, nem tudo isso, senhor presidente, fez com que o nosso democrático, entre aspas, secretário de Segurança Pública se compadecesse da situação destes trabalhadores. E determinou que a Polícia espancasse, arrebesse com aquela gente humilde que lá trabalhava! E não quero entrar, aqui, no mérito da reforma agrária, se o MST está certo ou errado. Estou aqui me dirigindo especificamente a uma atitude absurda, fora de propósito, de um homem que se demonstrou despreparado para ser membro de um governo que pretenda ser sério.

E olha, senhor presidente, a imprensa não teve acesso porque foi proibida de chegar para filmar. A imprensa não conseguiu se aproximar do aparato policial que desejava os agricultores. Mas, isto não é só! No momento em que todos os agricultores foram colocado no limbo da rua, foram jogadas dentro de uma cancha de esportes

cedida pela Prefeitura do Espigão Alto, o secretário de Segurança determinou que a polícia destruísse todas as casas e elas foram destruídas com trator de esteira. Aquelas que não foram destruídas com trator de esteira, senhor presidente, foram destruídas com bombas, bombas que ao explodir levaram a esperança e o sonho daquela gente para os ares, pessoas que lá durante 14 anos construíram a esperança de um dia resgatar a cidadania.

Que respeito merece do povo do Paraná ou de nós, o homem que diz, que afirma ser forjado na vida democrática, senhor presidente, que não tenha a sensibilidade para enfrentar um problema como este, grave?

E o secretário de Segurança Pública perdeu o nosso respeito, não só por este episódio, mas este foi a gota d'água aonde um governo que deveria se preocupar em dar a condição necessária para o agricultor, promove a desgraça do agricultor, promove o infortúnio, a dor, o sangue e a desesperança. Foram 36 agricultores espancados e humilhados e por cima as suas casas jogadas para o ar com as bombas que o governo Jaime Lerner determinou que fizesse.

E, quando eu falo governo Jaime Lerner, é evidente, porque o secretário de Segurança Pública é homem de confiança do governador e se o governador não sabia desta situação pois que fique sabendo, que um homem da sua confiança humilha, espanca e agride a dignidade das pessoas do Paraná. E outra coisa não resta, outro remédio não resta se não a sua demissão ou se não o governo é corresponsável por estas atitudes. E a imprensa que ainda no sábado quando eu estive presente em Espigão Alto do Iguaçu não era permitido filmar a desgraça da população porque isto envergonha e o governo sabe que isto envergonha e é uma tragédia, mas a imprensa que não conseguia filmar as casas destruídas, as famílias humilhadas podem ir lá hoje que talvez ainda não consiga porque ainda tem rastro desta tragédia que se abateu naquela município, mostrando a cara, o perfil de um governo que não tem dó de uma população sofrida como são hoje os trabalhadores da agricultura do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

PSDB. Com a palavra, o deputado Antonio Carlos Baratter.

**O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER**

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, se o governador Jaime Lerner tem hoje no Paraná um secretário respeitado pela maioria do seu povo é o secretário José Tavares. Sobre isto vou me ater no pronunciamento de amanhã, senhor presidente.

O que me traz à tribuna hoje é que no despacho do dia 15 de março deste ano, o juiz Joel Ilan Paciornick sentenciou: Tenho como incabível, sem sede de antecipação de tutela, a determinação do afastamento do secretário de Saúde do Estado do Paraná, Armando Raggio, das funções de gestor do SUS.

Os secretários municipais de Saúde do Paraná, através dos seus Conselhos de secretários municipais, emitiram uma nota que vou passar a ler, resumidamente.

**(Lê):**

#### **“Nota de Esclarecimento**

A respeito da nota distribuída hoje (18) à imprensa, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, o secretário da Saúde do Paraná, Armando Raggio, tem a informar que:

1 - A Secretaria de Saúde do Paraná não poderia ter se apropriado de verbas do Fundo Nacional de Saúde (FNS), destinadas às ações de atenção básica de saúde, pela simples razão que os recursos eram - e continuam sendo - repassados pelo FNS diretamente aos Fundos Municipais de Saúde.

2 - O juiz Edgard Antonio Lippmann Júnior, do TRF da 4ª Região, concedeu a liminar sem ter notificado ou solicitado que esta Secretaria se manifestasse a respeito das infundadas acusações.

3 - Face ao exposto, o secretário de Estado da Saúde, Armando Raggio, está recorrendo da liminar.

4 - O secretário vai utilizar os mesmos argumentos já apresentados anteriormente à 3ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba, onde o juiz Joel Ilan Paciornick julgou improcedente o pedido de liminar impetrado pela Procuradoria Geral da República.

5 - No seu despacho, no dia 15 de março deste ano. O juiz Joel Ilan Paciornick sentenciou: “...tenho como incabível sem sede de antecipação de tutela a determinação do afastamento do senhor Secretário Estadual de Saúde, Armando Raggio, das funções de gestor do SUS”.

Curitiba, 18 de maio de 2000.

(a) **ARMANDO RAGGIO**

Secretário de Estado da Saúde do Paraná

COSEMS - Conselho de Secretários Municipais  
de Saúde - Paraná

#### **Nota de Esclarecimento**

Em razão do que foi publicado nos meios de comunicação do Estado e, por conseguinte do País, de posse também do documento expedido pelo Juiz Edgar Antonio Lippmann Júnior do Tribunal Regional Federal - 4ª Região, os secretários municipais de Saúde do Paraná, através do COSEMS - Conselho de Secretários Municipais de Saúde, entidade que os representa, emite a seguinte posição:

1 - No período citado (94 a 97), os municípios do Paraná eram qualificados como “prestadores” de serviços junto ao SUS, apresentando a produção dos serviços em faturas, que eram pagas pelo sistema, através do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais, sem, no entanto, passar pelo Fundo Estadual de Saúde.

2 - A condição incipiente de gestão que os municípios dispunham, os submetiam a uma programação, tomando por base a capacidade instalada dos serviços e a

disponibilidade de recursos para a cobertura ambulatorial no Estado.

3 - Os municípios do Paraná, desde 1993, quando instituída a Comissão Intergestores Bipartite, sempre se fizeram representar, participando deste fórum que deliberava sobre a alocação de recursos financeiros ao Estado pelo Sistema Único de Saúde.

4 - A auditoria citada, em momento algum apresentou aos municípios, ou sua representação, os elementos que pudessem evidenciar a prática inapropriada de utilização dos recursos.

5 - Entendemos com isso, que o prejuízo atribuído aos municípios pelo não repasse integral dos recursos de Fundo Nacional de Saúde, no que se referem as ações da Vigilância Epidemiológica Imunização e Atos não Médicos (VEIANM), não se caracterizou.

Francisco Beltrão, 19 de maio de 2000.

(a) GERALDO GENTIL BIESEK  
Secretário Municipal de Saúde  
Presidente do COSEMS - Paraná

#### Em Defesa da Gestão do Sistema Único de Saúde do Paraná

A Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal acusa a Secretaria de Estado da Saúde e o Gestor Estadual de apropriação indevida de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), referentes às ações básicas de saúde, especificamente aos procedimentos coletivos de odontologia, realizados pelos municípios no período de 1994 a 1997.

A liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, baseou-se na tese equivocada do Ministério Público Federal de que compete ao Gestor Estadual fazer o repasse das verbas federais aos municípios que realizam as ações de saúde; não solicitando à Secretaria de Estado da Saúde esclarecimentos quanto às infundadas acusações.

A análise dos auditores concluiu que os municípios receberam valores unitários inferiores aos estabelecidos pela tabela do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS), pela realização de procedimentos de bochecho com flúor.

#### DOS FATOS:

1º - A Secretaria de Estado da Saúde não teve e não tinha acesso ao dinheiro pago pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para os municípios, e, na época jamais funcionou como repassador de recursos para os municípios.

O dinheiro era depositado pelo Fundo Nacional de Saúde diretamente nas respectivas contas de cada município e posteriormente à realização dos procedimentos, conforme atestado em ofícios do Ministério da Saúde.

Nos referidos ofícios está expresso que o Gestor Estadual somente encaminha para o Serviço de Processamento de Dados do SUS (DATASUS) uma relação de créditos cujos valores devem ser compatíveis com o lim-

ite financeiro definido pelo Ministério da Saúde para o Estado do Paraná. Esta relação de crédito é que vai possibilitar o pagamento pelo Fundo em favor dos municípios diretamente em suas contas especiais nos termos do artigo 33 da Lei Federal nº 8.080/90:

‘Art. 33 - Os recursos financeiros do SUS serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização os respectivos Conselhos de Saúde.’

Melhor esclarecendo, o Fluxo de Programação e Pagamento dos procedimentos ambulatoriais se dava da seguinte forma:

a) O Ministério da Saúde define o teto financeiro disponível para cada Estado. Este valor é definido em função do orçamento da União aprovado para o setor saúde, sendo um teto virtual e nunca fixado em função das necessidades reais das unidades federadas.

b) A Comissão Intergestores Bipartite do Paraná (CIB-PR), composta por representantes da Secretaria de Saúde do Estado e dos secretários municipais, estabelece a programação física e orçamentária das atividades ambulatoriais e hospitalares de cada município, observado o limite financeiro destinado pela União para o Estado, e, de acordo com critérios populacionais e a capacidade instalada de recursos humanos e físicos.

No caso específico do procedimento coletivo de odontologia, em reunião da Comissão Intergestores Bipartite realizada em 1994 foi aprovada a remuneração destes procedimentos em R\$0,59. Esta decisão, aprovada por todos os gestores municipais, foi tomada em função dos recursos disponíveis no teto financeiro do Estado serem insuficientes para se programar o valor integral (o procedimento compreende 4 ações: 1. bochecho com flúor, 2. educação em saúde, 3. higiene bucal supervisionada, 4. levantamento epidemiológico); e, como os municípios realizavam apenas as duas primeiras ações, e a Secretaria de Estado da Saúde adquiria - com recursos próprios - e repassava aos municípios o flúor utilizado no bochecho (o município se responsabilizada apenas pela execução do procedimento) decidiu-se por utilizar o valor de R\$ 0,59 (cinquenta e nove centavos).

c) Os municípios encaminhavam os relatórios dos serviços realizados à Secretaria (fatura de cobrança) para processamento. Após o processamento da fatura de todos os municípios, se houvesse a extrapolação do teto financeiro do Estado, por determinação do Ministério da Saúde e conforme aprovação da CIB-PR e do Conselho Estadual de Saúde (CES-PR), eram feitos cortes lineares na fatura de todos os gestores (municipais e estadual) para se ajustar a fatura ao teto financeiro estabelecido pelo Ministério da Saúde.

d) Feitos os ajustes (aprovados pela CIB-PR) as informações eram encaminhadas pela Secretaria de Saúde para o DATASUS que informava os valores de créditos a serem pagos pelo Fundo Nacional de Saúde.

e) O Fundo Nacional de Saúde encaminhava ao Banco do Brasil os créditos de cada prestador para serem

depositados nas respectivas contas. Esta conta também é específica para a área de saúde e só vai ser movimentada sob a fiscalização dos respectivos conselhos de saúde e para fins, repita-se, exclusivos de saúde. É oportuno esclarecer que os conselhos de saúde são compostos por 50% de usuários (associações de moradores, movimentos populares, associações de bairros), 25% de profissionais de saúde (representantes de associações médicas, dos enfermeiros, dos psicólogos, etc...), 12,5% de gestores (municipais e estadual) e 12,5% de prestadores do sistema (representantes de farmácias, de clínicas, dos hospitais).

Resta evidenciado, assim, que como o Estado do Paraná não tinha acesso físico aos valores pagos aos Municípios pela realização dos procedimentos odontológicos, por óbvio, é de todo insustentável o comportamento que lhe atribui o Ministério Público.

2º - Como já exaustivamente afirmado, é evidente que quando o Gestor Estadual, através da Secretaria da Saúde, elaborava a relação de crédito e realizava o ajuste, através de corte (aprovado pela CIB-PR e pelo CES-PR) dos valores que ultrapassavam o teto financeiro à disposição do município, o valor entre os procedimentos programados e os valores pagos não mantinham uma relação de pertinência. Isto só seria possível quando o teto limite e os procedimentos realizados fossem rigorosamente ajustados. O que não ocorre na prática.

Lamenta-se que a auditoria federal utilize o conhecimento de seus competentes profissionais para gastar quilos de papéis e uma imensidão de horas na realização de um controle que, além de amesquinhar as ações e serviços de saúde, comete erros de lógica aplicada uma vez que os auditores confundem valores programados com procedimentos realizados (sujeitos a cortes orçamentários) e calculam o valor médio do procedimento erroneamente dividindo o valor pago pelo número de procedimentos programados, enquanto que o correto seria dividir o valor pago pelo número de procedimentos realizados. Em função desta análise equivocada surgem para os auditores valores diferentes pelo mesmo procedimento no mesmo período.”

Senhora e senhores deputados.

Nosso secretário de saúde foi manchete nos jornais do Estado e notícia no País.

Não deve nada. Nada de errado fez. Fruto de precipitação e análise equivocada dos fatos pelo Ministério Público.

(Lê):

#### **“Nota de Esclarecimento**

A respeito dos fatos noticiados pela imprensa envolvendo o secretário da Saúde do Paraná Armando Raggio, na qualidade de gestor estadual do Sistema Único de Saúde - SUS, a Secretaria de Estado da Saúde tem a informar que:

1. As verbas do Fundo Nacional de Saúde (FNS), destinados às ações de atenção básica de saúde, não podem ser objeto de apropriação ou de desvio pela sistemática do procedimento de pagamento. O dinheiro é depositado diretamente pelo Fundo Nacional de Saúde na conta específica dos Fundos Municipais. Vale dizer: nem o gestor estadual, nem qualquer servidor da Secretaria de Saúde, têm acesso ao dinheiro.

2. Para um melhor esclarecimento dos fatos, erroneamente interpretados pelo Ministério Público, o fluxo de programação e pagamento dos procedimentos ambulatoriais dava-se da seguinte forma:

a) o Ministério da Saúde define o texto financeiro disponível para cada Estado. Este valor é virtual e nunca fixado em função das necessidades reais das unidades federadas.

b) a Comissão Intergestores Bipartite do Paraná composta por representantes da Secretaria de Saúde do Estado e dos secretários municipais estabelecem a programação física e orçamentária das atividades ambulatoriais e hospitalares de cada município observado o limite financeiro destinado pela União para o Estado e de acordo com critérios populacionais e capacidade instalada de recursos humanos físicos.

c) No caso do bochecho com flúor, objeto da acusação, face à insuficiência de recursos para o pagamento integral do procedimento (R\$1,18) houve um acordo na Comissão Intergestores Bipartite, e aprovada por todos os gestores municipais, para a sua remuneração em R\$0,59 (cinquenta e nove centavos).

d) Os municípios somente encaminhavam relatórios dos serviços realizados à Secretaria da Saúde para o processamento dos dados. Nessa fase se os valores ultrapassassem o teto pré-estabelecido para o município havia corte automático aplicado pelo sistema nos valores a serem pagos. Feitos os ajustes, os cortes são comunicados aos municípios e as informações encaminhadas pela Secretaria para o Fundo Nacional de Saúde.

e) O Fundo Nacional de Saúde encaminha ao Banco do Brasil os créditos de cada prestador para serem depositados nas respectivas contas. Esta conta também é específica para a área de saúde e só vai ser movimentada sob a fiscalização dos respectivos conselhos de saúde e para fins exclusivos de saúde.

3. Todos os fatos apontados pelo Ministério Público como irregulares são interpretações distorcidas que serão apreciadas com serenidade pelo Poder Judiciário, conforme as provas que já foram apresentadas na Ação Civil Pública, que tramita na 3ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária do Paraná, e que vão revelar a legitimidade e legalidade da atuação do gestor estadual do SUS e da Secretaria de Saúde.

Curitiba, 19 de maio de 2000.

Secretaria de Estado da Saúde do Paraná”

Senhor presidente, senhores deputados, quero aqui, de público, registrar e agradecer o procedimento do

PMDB e do senador Roberto Requião que, em nota taquigráfica, vieram em defesa do secretário da Saúde Armando Raggio.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário do PT, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Dois assuntos me trazem na tarde de hoje, a esta tribuna. Primeiro um breve relato, porque na quarta-feira da semana passada, quando estava prevista a minha ida junto com os membros da CPI do Narcotráfico, do Crime Organizado a Paranaguá e verificação *in loco* das condições de fiscalização dos contêineres, de entrada e saída do nosso Estado, do nosso País. Há suspeitas e indícios de que nos contêineres são transportados toneladas e toneladas de drogas para fora do País. E para cá também chegam, através dos contêineres, armamentos pesados que abastecem a criminalidade, sobretudo no Estado de São Paulo, nas regiões Leste e Sul - periferia - e nos morros do Rio de Janeiro.

Não pude estar presente, porque fui com os deputados Nereu Moura, Edgar Bueno, José Maria Ferreira, fazer uma visita a Londrina, porque me pareceu que, em função do pedido do Ministério Público, da cassação do prefeito de Londrina e do indiciamento da vice-governadora do Estado, este é um assunto relevante para todos os paranaenses.

Não retratar aqui as palavras que, certamente o Líder das Oposições, deputado Irineu Colombo relatou, a respeito dos fatos levantados lá. Mas me parece gravíssimo e gostaria de destacar, que é a situação do Banco do Estado do Paraná. Na sexta-feira da semana passada, o Estado do Paraná trouxe em manchete, que a Justiça Federal e o Ministério Público Federal acabaram aceitando a denúncia formulada pelo Ministério Público Federal de Londrina, do envolvimento do Banco do Estado do Paraná na lavagem do dinheiro do nosso País. Somente em uma agência da cidade de Londrina, mais de trinta contas, essas de "laranjas", foram identificadas com movimentação de 200 mil a um milhão de reais, por dia. E o que é mais grave: a auditoria interna do Banco do Estado já tinha detectado essas contas, alertou o atual presidente do Banco, Reinhold Stephanes a respeito das irregularidades gravíssimas que acontecem no Banco do Estado do Paraná, nenhuma providência foi tomada.

Senhor presidente, com a comprovação de que o Banco do Estado está sendo utilizado para a lavagem do dinheiro, seja o dinheiro obtido de forma ilícita, do ponto de vista fiscal, isto é formação de "caixa dois", sonegação de impostos das empresas brasileiras, ou seja da lavagem de dinheiro obtido de forma ilícita, com a contravenção e com o crime organizado. É fundamental que convoque-

mos o presidente do Banco do Estado do Paraná para que ele dê ciência, notícia, à Assembléia Legislativa, a respeito dos fatos levantados pela auditoria, na região de Londrina, porque é grave a situação, mesmo porque o Banco do Estado passa por um processo de discussão da sua privatização.

Quero dizer aos senhores que estou solicitando, a convocação do presidente do Banco do Estado do Paraná, para que traga à Assembléia Legislativa, seja em sessão secreta, seja em sessão pública - aliás, pública pode ser, porque a auditoria interna não tem nada que ver com o sigilo fiscal e bancário, não vamos quebrar sigilo de ninguém - aliás, conta fria, o sigilo tem que ser quebrado, porque não devemos acobertar nenhuma conta fria em uma instituição oficial como o Banco do Estado do Paraná. Se a auditoria detectou isso, é bom que venha a público e que o Banco do Estado possa fornecer as informações para a Assembléia Legislativa. O presidente do banco poderá marcar o local e a hora para se reunir e trazer estas informações, mesmo porque já é objeto de denúncia pelo Ministério Público Federal.

Outro motivo da minha vinda à Tribuna é a respeito do crime organizado. Eu ontem, por volta das 3 horas da tarde, depois de ter comido uma salada, estar pronto para assistir um jogo pela televisão - do campeonato paulista, iria ficar tranqüilo, assistindo um jogo, fumando um cigarro logo após tomar um café expresso, fui surpreendido pela leitura do domingo que costumeiramente faço, de um dos jornais mais lidos do Estado do Paraná, este jornal aqui deputados, chamado Gazeta do Povo, jornal aqui da nossa capital, de propriedade do Doutor Francisco da Cunha Pereira, uma pessoa que todos nós admiramos. E quando estou folheando o jornal, deparo com a página 10, uma página inteira, nós estamos no dia 21 de maio, uma página inteira, no domingo, o dia que o jornal é mais lido, a respeito do delegado Mário Ramos! Li a matéria inteira, pergunta por pergunta, resposta por resposta e fiquei me perguntando assim: puxa, o delegado Mário Ramos é um dos delegados apontados na CPI do Narcotráfico, quando veio aqui em Curitiba, foi afastado pelo governador Jaime Lerner e pelo secretário de Segurança Pública, quando estava ainda, o senhor Cândido Martins de Oliveira, das funções de chefe-delegado-titular do Centro de Operações Especiais. Este homem tem uma série de acusações contra ele, tanto de pessoas que roubam carros, de ex-policiais, de policiais, de presos, de várias pessoas da sociedade. Este delegado está afastado, foi convocado para depor lá em Ponta Grossa, não foi, usou qualquer subterfúgio na CPI, não quis aparecer na mídia.

E a Gazeta do Povo, o jornal de maior credibilidade do Estado do Paraná, sem demérito aos outros jornais, mas ele tem uma tiragem muito grande, principalmente aos domingos, dá uma página inteira ao delegado Mário Ramos vir dizer o seguinte para todos os leitores do Estado do Paraná: - "Foi uma grande conspiração." Aliás, o delegado Noronha já adotou esta tese,



publicamente, tanto pelo rádio, pela televisão, pela imprensa: - “Foi uma conspiração de todos aqueles que querem enxovalhar a polícia Civil, daqueles que têm alguma briga conosco, ou daqueles que são contra o governador Jaime Lerner.”

O Noronha citou o Padre Roque, citou o deputado Vanhoni, citou o Requião e todo mundo que é contra o Jaime Lerner, na realidade está fazendo esta injustiça contra o delegado Noronha. O Mário Ramos, na mesma linha!

Então senhores, vamos ver que pérolas têm nesta entrevista, porque a Gazeta do Povo não pode, sob pena de comprometer a sua credibilidade, se dar a este papel. Olhem só as perguntas que tem na entrevista: “Quais as principais funções e ações desenvolvidas pelo senhor na Polícia Civil?” Esta foi a primeira pergunta. Aí o delegado Mário Ramos conta a sua história: - “Entre na Polícia com 10 anos, fiz isso, fiz aquilo, fiz não sei o quê.” Conta a sua bela história.

Segunda pergunta: “o senhor considera que os policiais foram soltos porque não há provas contra eles?” Olhem a pergunta do jornalista da Gazeta do Povo, a segunda pergunta ao delegado Mário Ramos: - “O senhor considera que os policiais que foram soltos é porque não tinham provas contra eles?” A resposta do Mário Ramos já está na pergunta do jornalista. O jornalista, de cara, está fazendo um juízo de valor na sua pergunta dizendo que todos os policiais que foram presos foram injustiçados. Foi cometido uma injustiça contra eles. Ter prova ou não ter prova contra alguém é um segundo passo numa investigação. Agora, que as pessoas podem ter certeza, podem ter um consenso da culpabilidade de alguém, pode ter. A própria justiça procede alguém.

Vamos adiante: 3ª pergunta: “Por que o senhor acha que os policiais foram injustiçados?” Mais uma pergunta sobre a injustiça contra os policiais. 4ª pergunta: “Quem tinha interesse em prejudicar o senhor e os outros policiais?” Aí o delegado Mário Ramos deu os nomes: deputado Padre Roque, Ângelo Vanhoni, o ex-delegado Braga e o delegado da Polícia Civil, Adalton de Oliveira. “E dentro da Polícia Civil quem tem interesse em prejudicá-lo?” Olhem só as perguntas que foram feitas. Uma outra pergunta: “O senhor acha que todos os policiais foram injustiçados?” Mais uma pergunta sobre injustiças contra os policiais. “Quando o senhor fechou algumas lojas contra o Paulo Mandelli, o que o senhor apreendeu?” Aqui, essa pergunta é uma pérola. Vejam a resposta do delegado Mário Ramos:

“- Nas várias investidas que fizemos nunca encontramos provas de que tivesse veículo roubado, como até agora a CPI não encontrou provas. Até agora não apareceu nenhuma vítima daqueles carros sem motores encontrados. Eles usam uma técnica que se retiram as numerações e daí não conseguimos provar que são produtos de furtos, embora haja evidências. Daí o juiz solta. É o que aconteceu antes e agora vai se repetir. “Anotem essa resposta.

Aí uma outra pergunta: “Uma reportagem do “Jornal Nacional” mostrou o senhor e o Paulo Mandelli numa festa de aniversário. Qual a sua relação com o empresário que está foragido e teve a prisão temporária decretada pela Justiça?” Resposta: “A tevê apresentou uma fita maldosamente do Ministério Público, em que apareço em uma festa de quinze anos da filha dele. A minha filha estudava com a filha dele. Conheço o Paulo Mandelli e minha filha disse que foi convidada e eu tinha que levá-la à festa. Não vejo maldade nisso.

Senhores, o Mário Ramos pode enganar qualquer um, mas não engana os senhores e a população da nossa cidade. Talvez engane o jornalista que fez essa matéria.

Tenho gravado isso, Quando ele entra na casa do Mandelli, no aniversário, ele entra com a mulher dele. Ele cumprimenta a filhinha do Mandelli e cumprimenta o Mandelli e a esposa. Logo depois se retira da cena e entra um outro casal. E o Paulo Mandelli diz o seguinte: “pode ir lá no canto, o Mário está lá no canto. Lembra-se do Mário lá de Miami?” Era o Mário Ramos.

Para um delegado geral do Cope dizer o seguinte, que ele foi na loja do Paulo Mandelli fazer vistoria de motor roubado e de peça roubada, mesmo com evidência, não conseguiu provar e prender o cara, como pode um delegado de Polícia se dar o luxo de conviver com uma pessoa que todos sabem que usufrui do desmanche de veículos diariamente na nossa cidade?

Será que dá para acreditar?

O que eu diria para a minha filha: - “O pai é delegado, não pode ir lá, não sei o quê, não sei o quê”.

Então toda a entrevista, deputado Nelson Justus, é uma estratégia de tentar mostrar como o delegado Mário Ramos e os outros estão sendo injustiçados, perseguidos.

Escuta: “Perseguidos por quem?”

Queremos acabar com o roubo de carro, com o desmanche no Estado do Paraná e no Brasil ou não queremos? Não tem meio termo nisso? Quem quer acabar com o roubo de carro, com o crime que se faz na nossa cidade?

Esperava e espero que o delegado seja o primeiro a querer isso. Agora, na casa de Paulo Mandelli foi apreendida uma documentação, uma vastíssima documentação, aonde tem nos seus extratos de cheques, dinheiro para o Cope, dinheiro para o policial de nome tal. Para o Cope; do qual o delegado Mário Ramos, era o chefe, e tem dinheiro escrito com cheque para o Ricardo Noronha, do Paulo Mandelli.

Então a pergunta que nós fazemos é a seguinte: se as autoridades policiais, que têm a incumbência, que recebem salários, que recebem a legitimidade do povo do Estado, para apreender os bandidos, se eles têm uma convivência dessa natureza e ainda recebendo o dinheiro dos bandidos, o que será da sociedade? Aonde nós vamos parar?

Vou pedir ao doutor Francisco Cunha Pereira, vou levar este jornal a ele amanhã. Estou solicitando uma audiência com o diretor Geral das Organizações Globo e

com a Gazeta do Povo, que está servindo de instrumento para tentar dizer o seguinte: “os promotores públicos do Estado do Paraná que sofrem ameaça constante de morte, os promotores têm que usar colete à prova de balas, já queimaram carro de promotor, já ameaçaram ali na frente da CPI, já deram dois três tiros. Ameaçam os policiais que estão ajudando nas investigações e vir o delegado no principal jornal!

O senhor presidente Nelson Justus não tem uma página inteira na Gazeta do Povo de domingo, que é uma pessoa de bem que é o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. O senhor não tem uma página, o presidente da CPI não tem uma página e, o delegado Mário Ramos, como outrora apareceu o delegado Noronha, tem uma página inteira no principal veículo de comunicação. Não acredito que o doutor Francisco Cunha Pereira saiba o que está acontecendo, por isso é preciso alertá-lo. Quero marcar uma reunião com ele, quero que vá o procurador chefe, doutor Marcos Teixeira, o Dartagnan, quero convidar o presidente do tribunal, o presidente da CPI.

Porque se fosse um jornal de 15ª categoria, que não tem a mesma credibilidade perante as pessoas de bem da sociedade paranaense, nós podíamos entender e até aceitar, mas se tratando da Gazeta do Povo, acho que não dá para aceitar.

Trago esta discussão à tona, porque acho que o esforço para acabar com o crime organizado não é do deputado Vanhoni, que estava na frente da CEI, não é do deputado Algaci Tulio, não é do deputado Beraldin, não é do José Tavares, que está à frente da Secretaria da Segurança Pública. Fazer o combate ao crime organizado é um dever de todos nós, de cada irmão nosso, de cada padre, de cada pessoa de bem. Qual será o futuro da sociedade se nós permitimos que as Instituições sejam corroidas com essa gravidade que está sendo?

Então não dá, isso para mim foi um acinte. Nós não podemos permitir, nós temos que alertar o doutor Francisco Cunha Pereira. Alguma coisa errada está acontecendo, não vejo as pessoas de bem com uma página na imprensa.

Agora, o delegado que está comprometido, tem uma pilha de denúncias contra esse homem! Não sou eu que fiz as denúncias, mas tem uma pilha de denúncias contra esse homem, quando ele foi chefe da Delegacia de Furto e Veículos. Há processos contra ele na Polícia Civil, que nunca foram levados a cabo dentro da Corregedoria.

O governador sabe disso, a Comissão Especial sabe disso, o deputado Algaci Tulio fez parte, as denúncias são inúmeras a respeito do Paulo Mandelli e Juarez Costa França. São inúmeras e nunca se fez nada! Agora que temos a oportunidade de fazer alguma coisa e de diminuir um pouco a violência em nosso Estado, vamos ficar calados, assistindo não sei com quais foram obtusas, essa página no jornal que acabou sendo impressa?

Concedo aparte ao deputado Edgar Bueno.

### **O Sr. Edgar Bueno**

O que chamou muito a atenção com referência à ligação do Mandelli nesse aniversário, foi que o próprio Mário Ramos declarou aos quatro cantos desse Estado e a este País que não conhecia o Mandelli, que nunca teve contato com o Mandelli e por isso, competentemente a Rede Globo, da qual também tem ligações comerciais com esse jornal, merece crédito, porque desmascarou o Mário Ramos. É necessário que se diga que se não se desestatizar os órgãos de comunicação desse País nós vamos continuar vendo entrevistas por encomenda, como essa. Essa entrevista faz mal para a sociedade, faz mal a legitimidade daqueles que realmente querem limpar esse Estado e esse País, porém, precisamos reconhecer também que é bem possível que o doutor Francisco da Cunha Pereira não tenha conhecimento. Aliás, deve ter agora, mas não tinha conhecimento de que tal matéria deve ter sido encomendada. Quem é que tem interesse nas declarações do Mandelli? Quem é? Quem é o chefe mandatário que gasta o dinheiro público nas publicações? Quem é? Quem tem interesse? Vossa Excelência sabe e não precisa que eu responda.

### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

Concedo aparte ao deputado Geraldo Cartário.

### **O Sr. Geraldo Cartário**

Deputado Vanhoni, agradeço o aparte e fico meio apreensivo com o que vem acontecendo nos últimos dias, principalmente com o pronunciamento de Vossa Excelência que tem demonstrado nessa Casa muito equilíbrio nas suas colocações.

A matéria divulgada hoje é o contraditório, na página que entrevista um delegado de Polícia. Segundo me consta, esse delegado tem, como qualquer cidadão, o direito de ser entrevistado e dar uma satisfação à comunidade que ele representa ou seu Estado, como delegado. Eu acho que o doutor Francisco da Cunha Pereira Filho nunca faltou com a liberdade no seu jornal. Eu acho que um jornal, e me congratulo quando Vossa Excelência diz que é um jornal de grande porte como tantos outros que têm no Paraná, um jornal de grande responsabilidade, mas ele deu o direito. É um direito sagrado e eu vi há pouco tempo aqui na tribuna, Vossa Excelência e diversos deputados da Oposição, que tiveram a coragem de defender o direito de ir e vir dos sem-terra. Eu acho que pelo fato de alguém ser denunciado e um jornal lhe conceder o direito a uma explicação, nós não podemos, para atingir o governo do Estado, que parece, entre aspas, o que Vossa Excelência está colocando, é que alguém por trás teria interesse e se não é, eu me penitencio, mas eu entendi dessa forma.

Não podemos, em hipótese alguma, colocar dúvida ao trabalho de jornais competentes e repórteres que dão esse direito a um ex-delegado. Eu, por exemplo, amanhã vou falar sobre o caso que aconteceu em Mandirituba.

Vou explicar que achei arbitrária a forma violenta como o secretário agiu, mas isso eu também espero que a TV Globo, que foi uma das co-responsáveis pela queda do delegado de Mandirituba, dê o direito também ao delegado de se explicar e que diga que aquele preso ali na Delegacia e que está encarcerado, estava ali com ordem da Justiça, a sua pena (dizem realmente o seguinte: que é uma prisão semi-aberta) e ninguém falou nisso. A Globo não falou. Agora, vamos criticar por isso? Não. Vamos esperar que seja feita uma entrevista de maior profundidade com o delegado de Mandirituba, como aconteceu com esse delegado aí.

Então, queria que Vossa Excelência entenda que o contraditório existe.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por gentileza, deputado, para concluir.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Já concluí.

Só preciso responder ao aparte, porque senão fica inconclusa a minha fala, porque o deputado Geraldo Cartário coloca uma interrogação. O delegado Mário Ramos falou quinhentas vezes na imprensa durante esse tempo todo. Foi entrevistado pela Gazeta, o Noronha, etc. A surpresa não se trata disso, e nem estou fazendo nenhuma ilação, veja bem, nenhuma ilação que tem alguém por trás do Noronha vinculado ao governo, a Lerner, nada disso não, e se na minha fala ficou qualquer suspeita, dúvida a esse respeito, retiro, não é a isso que estou me atendo. Estou me atendo ao jornal e à forma como a entrevista foi feita, porque o contraditório, não há uma acusação aqui contra o Mário Ramos nessa entrevista, não há uma, não há nenhuma, não há nenhum dos processos relativos dos quais ele tem alguma acusação, não há nenhuma menção.

A entrevista está dirigida, única e exclusivamente, para fazer a defesa de alguém que se negou sistematicamente a vir se apresentar nos organismos que temos, que é a CPI Nacional, que é a Comissão que estava investigando o narcotráfico, Ora, e está afastado!

Então, me preocupa, não o exercício do contraditório, me preocupa aí que, talvez, esteja uma outra conotação, a de tentar modificar a imagem de alguém que realmente precisa ser antes que você tenha todo um processo de investigação. O delegado Mário Ramos precisa passar por um processo de investigação, ou não precisa? Precisa passar!

Em relação a Mandirituba, deputado Cartário, aí, Cartário, me desculpe, não podemos aceitar mais que as Delegacias da Região Metropolitana, ou de qualquer cidade desse País, desse Estado, fique na mão, do jeito que estava a Delegacia de Mandirituba. Não dá mais para um preso de confiança, seja ele sob qualquer artifício, exercer o papel de escrivão na Delegacia.

Escuta, o Paraná não é o Paraná, o que queremos do nosso Estado? Que segurança vamos dar para os cidadãos paranaenses tendo um preso de confiança escrevente, tendo um delegado calça curta em Colombo, tendo superintendente de Delegacia aqui em Piraquara sem nenhuma relação com a Polícia Civil, sem nenhum concurso público, aqui do lado, a quinze quilômetros do centro de Curitiba? Toda a Região Metropolitana está dessa maneira! Desde 1978 não se faz concurso público para a Polícia Civil, parece que é proposital deixar a situação desse jeito!

Tenho notícias que o secretário Cândido Martins de Oliveira, o ex-secretário, dava carteirinha para pessoas sem o curso secundário, carteirinhas para elas portarem arma e autoridade para elas, autorizados pelo próprio secretário, para andarem por esse Estado inteiro fazendo segurança, podendo dirigir carros, chegando nas barreiras e apresentando esse tipo de carteira.

Escuta, Cartário, não dá para aceitarmos esse tipo de coisa, não dá! Preso de confiança como escrivão, não! Polícia é polícia, bandido é bandido, já dizia o “bandido da luz vermelha”.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 037/2000 subscrito pelo senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, comunicando que juntamente com os deputados Orlando Pessuti, Miltinho Puppio, Beto Richa, Plauto Miró, Divanir Braz Palma e Fernando Ribas Carli, se ausentarão do país, no período entre 22 a 26 do corrente mês, com destino a Paris-França, representando esta Casa de Leis, na 68ª Seção Geral do Comitê Internacional da Organização de “EPIZOOTIAS”, sem ônus para este Poder Legislativo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de decreto legislativo, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constantes do

expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/2000, de autoria do deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o “Provopar - Ação Social Municipal de Corbélia”, com sede e foro no município de Corbélia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de pequenos agricultores de São Sebastião da Bela Vista, com sede no município de Manfrinópolis e foro na comarca de Barracão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/99, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que torna obrigatória a inclusão da disciplina “Cidadania” no currículo das Escolas Estaduais do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E. A EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 41, de 11.05.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 239/99

##### 1) Do Projeto

O presente projeto de lei visa tornar obrigatória a inclusão da disciplina “Cidadania” no currículo das Escolas Estaduais do Paraná. Por seu aspecto relevante, e por merecer destaque na composição dos conteúdos ministrados no sistema educacional paranaense apresento emenda corretiva, conforme segue.

##### 2) Do Voto

Parecer Favorável, com a Emenda.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 239/99

Súmula:

Autoriza o poder Executivo a instituir a disciplina “Cidadania” no currículo das Escolas Estaduais do Paraná.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a disciplina “Cidadania”, ministrada em caráter obrigatório nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental.”

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 239/99

P A R E C E R :

#### Relatório

De autoria do deputado Renato Gaúcho, o presente projeto recebeu Emenda Modificativa aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, alterando a redação do artigo 1º, a qual passou a autorizar o Poder Executivo a instituir a disciplina “Cidadania”, ministrada em caráter obrigatório nas Escolas Estaduais de ensino Fundamental.

#### Fundamentação

Tendo em vista o aspecto relevante da presente proposta e por merecer destaque na composição dos currículos ministrados no sistema educacional paranaense, pois somente através desta disciplina poder-se-á dizer que o exercício da cidadania contribuirá na formação de verdadeiros cidadãos, de pessoas que realmente conhecem os seus direitos e os seus deveres e sabem fazer valer os seus direitos em prol de um País mais digno e humano para se viver.

#### Conclusão

Assim sendo, chamada esta comissão a opinar, conforme lhe outorga o art. 33, § 7º, do Regimento Interno, este relator manifesta-se Favoravelmente pela aprovação do projeto em tela, na forma de Emenda Modificativa apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoio:

Pastor Edson Praczyk, Luciana Rafagnin e Edgar Bueno.

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de educação de trânsito das escolas públicas e privadas de 1º grau do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

COM PARECER CONTRÁRIO DA C.E. **Aprovado.**  
(Publ. no D.A. nº 42, de 12.05.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 240/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Braz Palma, tem por objetivo, fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de educação de trânsito no curriculum das escolas públicas e privadas de 1º grau do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99

(aa) BASILIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 240/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Divanir Braz Palma, declara a obrigatoriedade da instalação da disciplina de educação em trânsito, no curriculum das escolas públicas e privadas de 1º grau do Estado do Paraná.

Procedida a análise da matéria, verificamos o que segue:

1. A Lei nº 9394, de 20.12.96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional, na Sessão III, artigo 32, prevê que o ensino fundamental terá por objetivo a formação do cidadão mediante:

“II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”.

2. O Parecer nº 04/98, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação de Brasília, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, menciona que:

O artigo 9º, inciso IV, da LDB assinala ser incumbência da União...” estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum”.

Logo, os currículos e seus conteúdos mínimos (art. 210 da constituição Federal de 1988), propostos pelo Mec (art. 9º da LDB), terão seu norte estabelecido através de diretrizes. Estas terão como foro de deliberação a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (art. 9º, parágrafo 1º, alínea “c” da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995).

É, portanto, atribuição do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais, no nível de sua competência, a propósito de disciplinas como integrantes dos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio, não podendo ser exercida pelos legislativos estaduais ou municipais. Cabe à Câmara de Educação do CNE exercer a sua função deliberativa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais e a tarefa que lhes compete em termos de implementações curriculares, de acordo com a Instituição Federal e a LDB.

3. O currículo básico para a escola pública do Estado do Paraná tem como um dos seus objetivos, instrumentalizar o aluno para viver em sociedade. Portanto, questões como educação para o trânsito, cidadania, direitos do consumidor, educação ambiental, entre outros, são constantemente abordados no âmbito escolar, considerando a realidade do aluno e a escola inserida na sociedade.

Educação de trânsito, proposta pelo presente projeto de lei está inserida nos conteúdos do ensino fundamental sendo, portanto, redundante a sua inclusão como disciplina na grade curricular.

Embora muito nobre a iniciativa do deputado Divanir Braz Palma e a preocupação que ele demonstra sobre a temática de relevância, buscando-se a qualidade de vida, convivência social e diminuição da violência no trânsito, após consulta a Secretaria de Estado da Educação, somos de Parecer Favorável ao projeto de lei, sugerindo que o mesmo seja levado ao Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.08.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o senhor governador do Estado do Paraná a incluir um representante da Undime-Paraná no Conselho Estadual de Educação. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 286/99

P A R E C E R :

Autor: deputado Nelson Justus

Assunto:

Autoriza inclusão de representante da Undime/PR no Conselho Estadual de Educação.

### 1) Do Projeto

De iniciativa do deputado Nelson Justus, o Projeto de Lei nº 286/99, visa incluir no Conselho Estadual de Educação um representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, entidade que congrega os secretários ou diretores de educação dos municípios do Estado do Paraná.

### 2) Do Parecer

A Lei nº 4978, de 05 de dezembro de 1964, orienta que na escolha de seus membros, o chefe do Poder Executivo deverá levar em consideração representantes da educação dos diversos níveis de ensino e da comunidade em sua diversidade. Ora, atualmente o número de estudantes na rede municipal de educação, e no referente à educação fundamental, supera e em muito aquele da rede estadual de ensino. Desta forma nada mais justo que os responsáveis pela educação municipal tenham representação oficial junto ao órgão máximo de deliberação colegiada educacional do Estado do Paraná.

### 3) Do Voto

Tendo em vista o Parecer, apresento Voto Favorável nos termos do substitutivo ao Projeto de Lei nº 286/99.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 286/99

#### Súmula:

Altera composição do colegiado instituído pela Lei 4978, de 05 de dezembro de 1964.

Art. 1º - O órgão instituído pela Lei nº 4978, de 05 de dezembro de 1964, artigo 71, fica acrescido de 02 (dois) membros, devendo 01 (um) ser indicado pela União dos Dirigentes de Educação Municipal - Undime/PR, e 01 (um) pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão - Unescam. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E. **Aprovado. (Publ. no D.A. n 85, de 02.08.99)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI Nº 389/99

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria o deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - Unescam.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação 'legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 389/99

### P A R E C E R :

#### Relatório:

De autoria do deputado Anibal Khury, o presente projeto visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - Unescam, com sede e foro na cidade de Campo Mourão, reunida e integrada a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

#### Fundamentação

Em 1972, foi fundada a Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão e desde então vem crescendo. Cerca de 46% dos alunos da Instituição pertencem aos 25 municípios da região.

Movida pelo anseio político, empresarial e religioso a transformação em universidade dará a esta instituição condições de se colaborar verdadeiramente com o desenvolvimento regional, assim como nacional, cumprindo seu papel de articuladora do avanço social e tecnológico.

#### Conclusão

Assim sendo, chamada a opinar, conforme lhe outorga o art. 33, § 7º do Regimento Interno, este relator manifesta-se Favoravelmente pela aprovação do projeto em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/99, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138, de 14.10.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 514/99

**P A R E C E R :**

Parecer ao Projeto de Lei nº 514/99 de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 514/99

**P A R E C E R :**

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Tiago de Amorim Novaes, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma Delegacia Especializada de Proteção do Idoso.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que os idosos tendo uma Delegacia Especializada para atendê-los, poderão encontrar apoio e orientação necessária sobre seus direitos, onde serão tomadas as medidas cabíveis em casos que envolvam a sua segurança.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.  
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 514/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso no Estado do Paraná.

Ao analisarmos a proposta em questão concluímos que não existem óbices legais que impeçam sua normal tramitação.

Nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.2000.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente  
WALDYR PUGLIESI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/99, de autoria dos deputados Nelson Justus e Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Guaratuba. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. Aprovado. (Publ. no DA nº 167, de 17.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 588/98

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria dos deputados Nelson Justus e Algaci Tulio, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Guaratuba.

Chamada esta comissão a se manifestar a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 588/99

**P A R E C E R :**

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Nelson Justus e Algaci Tulio, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Guaratuba.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação da Delegacia da Criança e do Adolescente devido ao aumento dos problemas sociais no município, ocasionando um alto índice de criminalidade especialmente ligado à infância e adolescência.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 588/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria dos deputados Nelson Justus e Algaci Tulio, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Guaratuba.

Ao analisarmos a proposta em questão concluímos que não existem óbices legais que impeçam sua normal tramitação.

Nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.2000.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente  
WALDYR PUGLIESI - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que fica denominado de José Benício de Souza a PR-561, que liga o município de Nova Aliança do Ivaí ao município de Paranavaí, neste Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 196, de 13.12.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 647/99

##### P A R E C E R :

De autoria do ilustre deputado Cleiton Kielse, o projeto de lei em tela visa denominar de José Benício de Souza a PR-561, que liga o município de Nova Aliança do Ivaí ao município de Paranavaí, neste Estado.

Chamada esta comissão a se manifestar, em relação aos aspectos legais e constitucionais da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/2000, de autoria do deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a transportar, via aérea, órgãos retirados de pacientes para transplantes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 014, de 14.03.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 063/2000

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Annibelli, tem por objetivo autorizar ao Poder Executivo a transportar, via área, órgãos retirados de pacientes para transplantes.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 063/2000

##### P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do deputado Antonio Annibelli, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transportar, via aérea, órgãos retirados de pacientes para transplantes.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde Pública chamada a opinar conclui por Parecer Favorável, já que a matéria tem grande alcance social beneficiando a comunidade.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo, em âmbito estadual, regulamentar a obrigatoriedade dos receituários médicos, provenientes da rede pública, a serem datilografados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 018, de 20.03.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 071/2000

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edno Guimarães, tem por objetivo autorizar ao Poder Executivo, em âmbito estadual, regulamentar a obrigatoriedade dos receituários médicos, provenientes da rede pública, a serem datilografados.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 071/2000

##### P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do deputado Edno Guimarães, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, em âmbito estadual, regulamentar a obrigatoriedade dos receituários médicos, provenientes da rede pública, a serem datilografados.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de



Saúde Pública chamada a opinar conclui que o projeto visa evitar que se cometam erros no cumprimento do receitado pelos médicos da saúde pública, devido as dificuldades encontradas na leitura dos receituários.

Diante do exposto, somos pelo Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 040, de 26.04.2000).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 124/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Apucarana.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/2000, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Legislativo a declarar de Utilidade Pública a Associação Caminho da Vida Lar Dona Vera, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 045, de 03.05.2000).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 136/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, tem por objetivo autorizar ao Poder Legislativo a declarar de Utilidade Pública a Associação Caminho da Vida "Lar Dona Vera", com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 847, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 848, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Baratter, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 879, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 851, 880 a 883, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 852 e 853 de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 855 e 858, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 859, de autoria dos senhores deputados Antonio Carlos Baratter e Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 863 a 865, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 866 a 869, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 870 a 876, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 877, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 878, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 862, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

## O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 849, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 856, 860, 861 e 885, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 239, 240, 286, 389, 514, 588, 647/99; 063, 071, 124 e 136/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/99.

Levanta-se a sessão.

### **Atas de Comissões:**

#### **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MEDICAMENTOS ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, foi realizada a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito de Medicamentos, sob a presidência do deputado Luiz Accorsi e contando com as presenças dos deputados Duílio Genari, Elio Lino Rusch, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Hidekazu Takayama e Serafina Carrilho. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião de instalação. Em seguida realizou-se o sufrágio para determinar-se o relator da CPI, sendo escolhido por maioria absoluta o deputado Antonio Carlos Belinati como relator e o deputado Hidekazu Takayama como sub-relator. Em seguida o senhor presidente fez um

relato das providências já tomadas para a execução dos trabalhos da CPI informando que o Ministério Público do Paraná colocou à disposição da CPI, dois promotores que estão correlatos a área de medicação, sendo os doutores Arion Jolin Pereira e Ivonei Sfoggia, para acompanhamento dos trabalhos até sua conclusão; a Associação Médica Brasileira tem como vice-presidente o doutor Ronaldo Rocha Loures, o qual será convidado a participar das reuniões desta Comissão; a Associação Médica do Paraná igualmente indicará representante para participar das reuniões da Comissão; a Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo senhor secretário Luciano Dutti, indicará um representante bem como colocará à disposição desta Comissão representante da Vigilância Sanitária, na pessoa do doutor Emanuelle; a Secretaria de Saúde do Estado, representada pelo senhor secretário Armando Raggio, igualmente indicará representante para participar das reuniões; o Conselho Regional de Medicina - CRM, representado pelo doutor Samir Ened e o Procon, representado pelo doutor Tércio, também indicarão representantes para as reuniões. O senhor presidente lembrou que estes oito órgãos constituem o corpo técnico desta CPI, auxiliando os deputados nas inquirições, porém jamais realizando propriamente indagações. O senhor presidente relatou ainda que manteve contato com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná deputado Nelson Justus, sobre a agilização da implantação do número 0800 - disque denúncia, ressaltando a importância da divulgação por parte da imprensa deste serviço. Neste âmbito, o senhor presidente comunicou que sua assessoria confeccionará um tablóide de todas as reuniões desta CPI, para ser distribuída a sociedade. Em seguida o senhor presidente passou a informar o cronograma dos trabalhos abordados por esta CPI, sendo os medicamentos genéricos o primeiro ponto a ser abordado. A investigação iniciar-se-á pelas indústrias que fabricam os referidos medicamentos, convocando representantes dos laboratórios Teuto (Goiás), EMS (São Paulo) e Acnol (XXX), este último logo começará a produzir medicamentos genéricos. O segundo procedimento a ser adotado será a convocação das distribuidoras, para averiguar-se a relação distribuidor e farmácia. O senhor presidente e o vice-presidente deputado Duílio Genari, salientaram a importância de realizar-se um trabalho em conjunto com a CPI de Roubos de Cargas, específico de medicamentos. O deputado Carlos Simões aventou a necessidade de membros da CPI realizarem visita a Brasília, buscando subsídios e direção de trabalhos junto a CPI nacional. O senhor relator deputado Antonio Belinati ressaltou a vital importância do acompanhamento da CPI nacional para o êxito absoluto desta CPI. Em seguida a manifestação unânime dos membros desta CPI, agendou-se uma viagem a Brasília no dia dois de maio do corrente ano, realizada pelo senhor presidente e o senhor relator. O senhor presidente definiu o roteiro de trabalhos sendo a primeira semana posterior a esta

reunião, destinada a angariar subsídios, para após o retorno dos membros desta CPI de Brasília, marcar-se a próxima reunião. Os membros desta CPI apoiaram por unanimidade a decisão do senhor presidente em marcar as reuniões da CPI dos Medicamentos para as segundas-feiras no horário das dezessete horas, fixando-se já o dia oito (08) de maio do corrente ano, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões para a próxima reunião. Em seguida, o deputado Elio Lino Rusch requereu a consignação em Ata de que a Comissão Parlamentar de Inquérito de Medicamentos é integrada por onze (11) deputados e o único Partido que indicou suplentes foi o PSDB (indicou dois suplentes). O senhor presidente informou sua intenção de contar com a participação nesta CPI de doentes crônicos como os renais, diabéticos, hipertensos que padecem com a interrupção do tratamento face a falta da medicação específica no Posto de Saúde e a impossibilidade financeira da aquisição na farmácia. Por fim, o senhor presidente requereu a atuação da assessoria de imprensa desta Casa de Leis, para divulgação dos trabalhos realizados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente marcou reunião para o próximo dia 8 de maio, com o objetivo de determinar-se as primeiras convocações e encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Ruppel Sotto Maior, secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

##### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio de dois mil, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, na Sala de Reuniões das Comissões, contando com as presenças dos membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, colocando em votação o Projeto de Lei nº 514/99, de autoria do deputado Tiago Amorim, relator deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 518/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, relator deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 519/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, relator deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 546/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, relator deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO; Projeto de Lei nº 572/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, relator deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 588/99, de autoria do deputado Nelson Justus, relator deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 625/99,

de autoria do deputado Algaci Tulio, relator deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 643/99, de autoria do deputado Antonio Belinati, relator deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Logo em seguida foi aberto amplo debate sobre a morte de um integrante do MST (Movimento Sem Terra) ocorrido em Campo Largo. Foi decidido, por unanimidade, convidar um assessor da Secretaria de Segurança Pública, e integrantes do MST para a reunião marcada para o dia 16 de maio. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Richard Ruppel Sotto Maior, secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil, na sala de reuniões da Biblioteca da Assembléia Legislativa foi realizada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito de Direitos Humanos, sob a presidência do deputado Pastor Edson Praczyk e contando com as presenças dos senhores deputados Péricles Mello, Edgar Bueno e Cesar Seleme, e havendo número legal o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada Ata da reunião passada. Em seguida o senhor presidente fez amplo relato sobre a reunião anterior, quando ficou decidido ouvir os representantes de ambas as partes do conflito com o MST, o doutor Antonio Carlos Costa e Coelho, assessor especial de assuntos fundiários do governo e os senhores Abrão Matos e José Antonio Pereira, representantes do MST, primeiramente foi ouvido o senhor Abrão participante do conflito e que se encontra com balas na perna. O senhor Abrão faz explanação dos acontecimentos e informa que não possuíam armas, só símbolos, bandeiras e ferramentas de trabalho, que estavam em quarenta ônibus. O senhor presidente salienta que será importante ouvirem a viúva que acompanhou o conflito. Senhor Abrão anseia por justiça e pelos direitos do cidadão de ir e vir. O senhor José Antonio Pereira, integrante do MST, relata que foram barrados e não entende porque foi preso como um dos líderes, ameaçado, salienta sobre os maus tratos e que os mesmos não desejam, guerra e sim terras. Salienta sobre procedimentos no Hospital e na delegacia de Campo Largo. O médico que o atendeu seria o doutor Tadeu, fez exames de corpo delito e acredita estar sofrendo as consequências até hoje. Os representantes não informam que sobre instrução ou nomes de líderes, e reafirmam que só carregavam ferramentas de trabalho, como símbolo da luta. O deputado Péricles Mello salienta que o MST é um movimento organizado, não impõe nada, é democrático, que não usa

de violência, só se defendem, que não há justificativa para o ato. O doutor Antonio Carlos Costa Coelho informa que o governo tinha conhecimento da manifestação, que a intenção seria ocupação de um prédio público. Esclarece que não havia pretensão de violência. O senhor presidente faz inquirições se houve resistência, indisciplina ou insubordinação de algum participante do MST. O senhor Abrão informa que serão convidados para a próxima reunião, o deputado Irineu Colombo e o Comandante da Polícia Militar que estavam presente no dia do incidente. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente designou a próxima reunião para dia 22 (vinte e dois) do mês de maio, terça-feira, na Biblioteca da Assembléia Legislativa e encerrou os trabalhos, dos quais, eu Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente  
Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 550/99, 546/99 e 083/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária